



**“PROMOÇÃO DO COMÉRCIO E A
AGENDA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO BRASIL E NO ACORDO DE
ASSOCIAÇÃO UE-MERCOSUL”**

**RELATÓRIO
DOCUMENTAÇÃO E RESULTADOS
DA 2^a ETAPA
CONFERÊNCIA VIRTUAL**

DEZEMBRO/2020



DADOS DA INICIATIVA

Diálogos Setoriais EU-Brasil

Promoção do Comércio e Agenda Sustentável no Brasil e no Acordo de Associação União Europeia-Mercosul

Capítulo Comércio e Desenvolvimento Sustentável (CDS)

Delegação da União Europeia no Brasil

Código do Projeto/Ação: MMAA0133

Peritas: Victoriana Leonora C. Gonzaga e Maria A. C. Brant



SUMÁRIO

DADOS DA INICIATIVA	2
APRESENTAÇÃO	4
METODOLOGIA PARA O RELATÓRIO	5
OBJETIVOS DA INICIATIVA	5
a. Etapa 1 – Série de workshops	6
b. Etapa 2 – Conferência virtual	8
CONTEÚDO DAS MESA	10
RESULTADOS ALCANÇADOS	12
DIFICULDADES ENCONTRADAS	14
RECOMENDAÇÕES	15
PARTE 2 - ANEXOS	18
Anexo I - PROGRAMA DA CONFERÊNCIA VIRTUAL	19
Anexo II - DESCRIÇÃO DETALHADA DA ATIVIDADE	23
Anexo III - PERGUNTAS, COMENTÁRIOS E DOCUMENTOS DOS CHATS	36
Anexo IV - ENQUETE REALIZADA NA PLATAFORMA ZOOM	44
Anexo V - RESPOSTAS AO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO	51

APRESENTAÇÃO

O Acordo de Associação União Europeia-Mercosul visa, segundo a União Europeia (UE), consolidar a parceria estratégica entre o bloco europeu e o bloco latino-americano e criar oportunidades de crescimento sustentável para ambas as partes. Em junho de 2019, após mais de 20 anos de negociações, a UE e o Mercosul concluíram as negociações relativas à parte comercial do Acordo de Associação. Esta inova ao dispor de um capítulo que inclui compromissos socioambientais com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, o **Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável (CDS)**¹.

Os compromissos previstos no Capítulo visam promover o bem-estar do trabalhador, proteger o meio ambiente e garantir a participação da sociedade civil no monitoramento e na implementação do Acordo. Para a UE, o Acordo se baseia no pressuposto de que o comércio não deve ser realizado em detrimento do ambiente ou das condições de trabalho e que, pelo contrário, ele deve promover o desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a UE e o Mercosul acordaram em prosseguir a sua relação comercial de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável e a desenvolver os seus compromissos multilaterais nos domínios do trabalho e do meio ambiente.

Nesse sentido, com vistas a informar a sociedade civil brasileira (organizações não-governamentais, organizações empresariais, fundações, academia, organizações sindicais, movimentos sociais etc.) sobre o CDS, a **Delegação da União Europeia no Brasil (DELBRA)** realizou a iniciativa “Promoção do Comércio e Agenda Sustentável no Brasil e no Acordo de Comércio UE-Mercosul”.

A primeira etapa da iniciativa incluiu uma série de workshops, que ocorreram entre os dias 19 de outubro e 5 de novembro de 2020, e a segunda etapa, uma conferência virtual, ocorreu nos dias 8 e 9 de dezembro do mesmo ano.

A primeira etapa da iniciativa foi objeto de um relatório intitulado “Relatório ‘Comércio e Desenvolvimento Sustentável: Documentação e Resultados da 1ª Etapa de workshops”.

¹ Disponível em:

http://www.itamaraty.gov.br/images/2019/Comrcio_e_Desenvolvimento_Sustentvel.pdf

O objetivo do presente relatório, por sua vez, é informar a União Europeia e ao público em geral sobre as atividades realizadas e resultados alcançados na segunda fase, além de, com base nesses dados, fazer recomendações para um possível seguimento da iniciativa, por meio de uma eventual terceira fase.

METODOLOGIA PARA O RELATÓRIO

Este relatório está dividido em 2 partes:

- (i) PARTE 1: Objetivos da iniciativa, Resultados Alcançados, Dificuldades Encontradas e Recomendações; e
 - (ii) PARTE 2: Anexos (registro e documentação).
-
- Os dados que serviram de base para a elaboração do Relatório são tanto de natureza **qualitativa** como **quantitativa**;
 - Na avaliação **quantitativa** buscou-se analisar o número de participantes e a frequência de participação. Já a avaliação **qualitativa** permitiu aprofundar o perfil desses participantes (origem, gênero e o setor de atuação) e avaliar se os objetivos da série da Conferência virtual foram alcançados;
 - A **análise de resultados** da Conferência foi realizada por meio dos comentários públicos no chat dos eventos; resultado de enquête realizada pela plataforma Zoom ao final do último encontro; formulário de avaliação online disponibilizado por e-mail; documentos referentes ao número total de inscritos e participantes de cada evento; e
 - Os itens Resultados Alcançados, Dificuldades Encontradas e Recomendações são percepções fundamentadas das autoras a partir do diálogo com diferentes atores e baseadas em percepções colhidas durante o processo e nos dados elencados em item anterior.

OBJETIVOS DA INICIATIVA

A Conferência “Acordo de Associação UE-Mercosul: Agenda de desenvolvimento sustentável. O papel da sociedade civil e das empresas” como dito na Apresentação,

está inserida em uma iniciativa mais ampla da União Europeia que busca promover o diálogo sobre Acordo de Associação UE-Mercosul, particularmente sobre o CDS.

Os objetivos da iniciativa são promover um debate aberto e informado e fomentar o conhecimento sobre os compromissos ambientais e sociais do capítulo, bem como propiciar o diálogo sobre os desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo para as organizações da sociedade civil e do setor privado, de modo que as organizações possam se tornar atores ativos na implementação e no acompanhamento do Acordo.

a. Etapa 1 – Série de workshops²

A primeira etapa da iniciativa consistiu de uma série de workshops realizados de forma virtual devido à pandemia de Covid-19. Em outubro e novembro, foram realizados quatro encontros buscando abordar os principais temas do Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente, condições de trabalho e participação da sociedade civil na implementação e monitoramento do Acordo³. Um total de 220 pessoas, representando cerca de 100 organizações da sociedade civil, entidades sindicais, fundações empresariais, academia e setor privado de 16 Estados brasileiros diferentes, inscreveram-se nos workshops.

Os participantes fizeram muitas perguntas e comentários durante os workshops, o que permitiu identificar suas principais dúvidas e mapear alguns dos principais temas de interesse para a sociedade civil brasileira, tais como questões envolvendo parâmetros

² O conteúdo da 1ª Etapa pode ser acessado por meio do [canal da Delegação da União Europeia](https://www.youtube.com/channel/UC0D-ulWZmu-X0Hy_N8gbwfQ) no Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UC0D-ulWZmu-X0Hy_N8gbwfQ

³ Observa-se, à título informativo, que o objetivo geral da 1ª Etapa consistia em: “Fortalecer as capacidades das principais partes brasileiras (sociedade civil e setor privado) para se engajar ativamente e de maneira informada na implementação dos compromissos do capítulo CDS do Acordo de Associação UE-Mercosul.”. Enquanto os objetivos específicos: “(i) Criar ambiente virtual dinâmico e eficiente, que possibilite o debate informado e participativo entre a UE e as organizações convidadas; (ii) Estimular o diálogo e intercâmbio entre as diversas organizações participantes do processo; (iii) Propiciar o conhecimento dos compromissos do Acordo, de modo que as organizações possam se empoderar e tornarem-se atores ativos na implementação destes; e (iv) Colher subsídios e sugestões para informar a realização das próximas etapas do projeto; de modo a compreender a agenda brasileira em torno das possibilidades de implementação dos compromissos do Acordo.” Ver mais informações no Relatório 1.

e padrões de sustentabilidade, fiscalização das cadeias de produção e a participação da sociedade civil no monitoramento e implementação do Acordo. Os participantes trouxeram não apenas questionamentos, mas também posições políticas sobre alguns pontos específicos, tais como a falta de mecanismos de sanção no capítulo, o fato de a participação da sociedade civil ser limitada a grupos escolhidos pelo próprio governo e outros.

Destacam-se as recomendações apresentadas no Relatório 1, as quais informaram e serviram de base para a construção da Etapa 2 da Iniciativa:

- “Priorizar conteúdos práticos que apontem os efeitos concretos do Acordo nas políticas e práticas das organizações, tais como experiências e projetos já existentes, e, sempre que possível, destacar o impacto na vida das pessoas;
- Sugestões de temas a ser tratados na Conferência, baseadas na interação com organizações da sociedade civil:
 - Instrumentos e salvaguardas que garantam na prática a não-comercialização de produtos oriundos do desmatamento;
 - Incentivo à economia da biodiversidade socioambiental de áreas indígenas, quilombolas e ribeirinhas;
 - Incentivo à comercialização de produtos que utilizem insumos das comunidades agro extrativistas da Amazônia;
 - Capacidade do Acordo de conter retrocessos nas políticas socioambientais do governo brasileiro;
 - Mecanismos previstos no Acordo para lidar com os riscos de impactos negativos nas populações tradicionais;
 - Como garantir a efetiva implementação dos AMAs - Acordos Multilaterais ambientais (Acordo de Paris e respectivas NDCs e Biodiversidade);
 - Como garantir a efetiva implementação de instrumentos internacionais e sua ratificação, como a Convenção 169 da OIT;
 - Previsões do Relatório encomendado pela UE à LSE sobre os impactos do Acordo no tema da sustentabilidade;
 - Medidas que garantam que não haverá mais desmatamento para a produção de *commodities* agrícolas;
 - Papel desempenhado pelas organizações de trabalhadores na execução do Acordo;
 - Medidas necessárias para a promoção de trabalho decente para fins de garantir efetividade ao capítulo sobre promoção de trabalho decente;

- Com relação às grandes empresas que influenciam cadeias de valor, e com o fortalecimento do tema de ESG, como a União Europeia pretende influenciar esse aspecto na atuação de CEOs e CFOs de empresas? Como fortalecer aspectos ESG nos critérios de investimentos de fundos de investimento europeus?
- Como a UE espera que a sociedade brasileira participe da implementação do Acordo num ambiente hostil a tal participação?
- Como a UE pretende explicar para os seus cidadãos o estímulo do acordo ao avanço da fronteira agrícola brasileira, produzindo um cenário ainda mais dramático que o atual de desmatamento e queimadas no Brasil?
- Definir uma estratégia objetiva de comunicação que permita apresentar essas propostas para a população brasileira de maneira esclarecida e qualificada;
- Considerar as dificuldades estruturais, bem como quais seriam as sanções se o contexto político atual, bastante criticado pelas organizações (conforme Anexos IV, V e VI), permanecer;
- Pensar estratégias para garantir uma compreensão aprofundada sobre o impacto do acordo na vida das pessoas e organizações, bem como da compreensão de como a participação da sociedade civil pode se dar de modo efetivo.”

b. Etapa 2 – Conferência virtual

A Conferência teve como objetivo a continuação do diálogo com sociedade civil e setor privado sobre o CDS e recolher subsídios para uma possível continuidade da Iniciativa, por meio da terceira fase do diálogo; conforme detalhamento de Proposta metodológica da Etapa 2 da iniciativa:

“OBJETIVO 01: Criar ambiente virtual dinâmico e eficiente, que possibilite o **debate informado** sobre os principais pontos abordados e questionados pela sociedade civil na 1a fase da Iniciativa referentes ao CDS: (i) **impactos econômicos, sociais e ambientais**; (ii) extensão, forma e características do **envolvimento da sociedade civil nos mecanismos de participação**; e (iii) mecanismos institucionais de participação e solução de controvérsia;

OBJETIVO 02: Permitir o conhecimento e a compreensão dos **desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo na área do CDS** e como essas oportunidades agregam à atuação das organizações participantes.

OBJETIVO 03: Propiciar – a partir do conhecimento dos compromissos do CDS – que as organizações da sociedade civil e do setor privado identifiquem formatos capazes de assegurar sua participação na **implementação e monitoramento do Acordo.**“

Observa-se que não há maiores informações ou detalhamento sobre o seguimento da iniciativa, razão a qual o escopo desse relatório encontra limitações – ficando restrito à documentação e à análise do conteúdo da Etapa 2.

Os questionamentos levantados na primeira fase da iniciativa informaram o desenho da Conferência, que buscou responder às questões identificadas como as mais relevantes ou sobre as quais as organizações participantes avaliaram que precisavam aprofundar seu conhecimento.

A Conferência virtual contou com diversas mesas (realizadas em distintos formatos: plenárias e quatro painéis) que foram pensadas para incluir vozes distintas que pudessem dialogar sobre os temas do ponto de vista de quem trabalha de fato com os assuntos propostos. No primeiro dia, foram abordados os **impactos econômicos do Acordo**, e no segundo, **o envolvimento da sociedade civil nos mecanismos de participação**.

Também com base nos resultados e comentários recebidos na primeira etapa, procurou-se, nessa segunda fase, atingir um público mais amplo e mais diverso, além de promover debates sobre o potencial impacto do Acordo nas atividades do setor privado e na atuação das organizações da sociedade civil. A Conferência contou com a participação 335 atores da sociedade civil, setor privado e academia, reunindo pessoas de diferentes estados do Brasil e diversos países promovendo discussões qualificadas com base em estudos e iniciativas relacionadas aos temas do Acordo.

O detalhamento das atividades realizadas encontra-se no **Anexo I – Programa da Conferência Virtual** e no **Anexo II – Descrição detalhada da atividade**.

CONTEÚDO DAS MESAS

Observa-se, inicialmente, que este item apresenta o que foi discutido na Conferência em termos mais gerais, na medida em que no **Anexo II** há o detalhamento do conteúdo de cada mesa.

Na abertura da Conferência, o embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, ressaltou o papel central que a agenda ambiental tem para os países-membros da UE, particularmente frente à crise climática e à crise pandêmica, e destacou o papel do Acordo de Associação dentro dessa agenda.

Em seguida, foi apresentado estudo detalhado de impactos econômicos, sociais e ambientais do Acordo no Mercosul e na UE realizado pela *London School of Economics e pelo Overseas Development Institute*. Em síntese, pontuou a existência de impactos econômicos e aos direitos humanos, e ressaltou que os impactos ambientais não são significativos, se as metas do Acordo forem respeitadas. Além disso, o estudo prevê um potencial impacto distributivo em alguns setores específicos.

No Painel I⁴, que reuniu representantes do setor financeiro, do agronegócio e da sociedade civil, debateu-se como diferentes atores do setor privado participam e podem vir a participar da agenda socioambiental, de modo a estarem alinhados com os compromissos socioambientais do Acordo.

Paralelamente, o Painel II⁵ discutiu iniciativas voltadas ao uso sustentável da biodiversidade brasileira e as oportunidades que o Acordo pode gerar para desenvolver o comércio de tais produtos em mercados internacionais, tais como a UE. Com foco em experiências na Amazônia brasileira, foram expostos desafios e barreiras comerciais que teriam de ser abordados para que, de fato, as oportunidades do Acordo concretizem-se e seja possível promover cadeias sustentáveis com produtos da biodiversidade brasileira.

No segundo dia da conferência, o Painel III⁶ debateu mecanismos de participação da sociedade civil previstos no Acordo. A experiência do Equador foi apresentada por uma integrante do governo e um membro do conselho da sociedade civil designado

⁴ Intitulado “Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo?”

⁵ Intitulado “Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira?”

⁶ Intitulado “Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo?”

para acompanhar a implementação do acordo UE-Ecuador, como um exemplo de como esse mecanismo de participação funciona e como se dá a relação entre diferentes atores para acompanhar a implementação do Acordo.

No Painel IV⁷, atores da sociedade civil, da academia e do setor público (como o Ministério Público Federal) mostraram ferramentas desenvolvidas em parceria com distintos atores que se alinham com os compromissos socioambientais do Acordo de Associação, tais como programas de rastreamento de cadeias produtivas e monitoramento de biomas.

Na plenária seguinte⁸, a UE apresentou programas de apoio à sociedade civil e o setor privado para promover o desenvolvimento sustentável no Brasil. Já na plenária que tratou de como garantir a implementação do capítulo⁹, os palestrantes defenderam que os mecanismos negociados dentro do Acordo buscam atingir os objetivos socioambientais previstos por meio do trabalho conjunto e do diálogo, e que tais mecanismos são preferíveis a sanções comerciais.

Na plenária final¹⁰, foi aberto um espaço para que a sociedade civil dialogasse sobre como deve se dar a articulação para a acompanhar a implementação do Acordo de Associação. Para os palestrantes, a sociedade civil brasileira é organizada e articulada e já desenvolveu ferramentas que contribuem para a implementação desses compromissos socioambientais e manutenção dos padrões que estão incorporados no Acordo. Porém, segundo os participantes, é preciso de maior clareza sobre como o cumprimento dos compromissos socioambientais do Acordo será garantido, especialmente diante dos desafios impostos pelo contexto político brasileiro atual.

O encerramento da conferência contou com a participação do Embaixador brasileiro, Pedro Miguel Costa e Silva, e do Embaixador da UE no Brasil, Ignacio Ybáñez, que ressaltou novamente a importância da agenda de sustentabilidade para a UE, destacando que o Acordo UE-Mercosul está alinhado com a principal estratégia do bloco europeu, o Pacto Verde, que vai de encontro às metas de redução de emissões

⁷ Intitulado “Quais ferramentas podem contribuir ao cumprimento dos compromissos do Acordo?”

⁸ Intitulada “Garantindo a implementação efetiva do Capítulo de Desenvolvimento Sustentável”

⁹ Intitulada “Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?”

¹⁰ Intitulada “Como as organizações da sociedade e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do Acordo?”

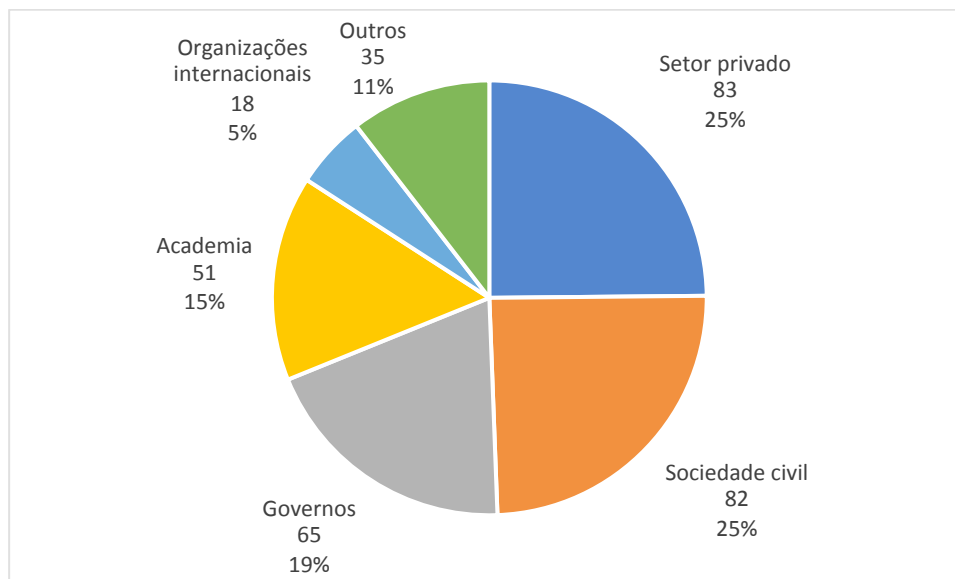
de gases de efeito estufa previstas no Acordo de Paris. Neste sentido, salientou que o Acordo de Associação UE- Mercosul contribui e está alinhado com o Pacto Verde.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Consideramos que o evento obteve uma boa taxa de participação, especialmente tendo-se em vista a época do ano e a concorrência de outros eventos na mesma data: 550 inscritos, de 21 países, e de 20 Estados diferentes do Brasil. Desses inscritos, cerca de 1/3 representavam organizações da sociedade civil que lidam com temas ambientais e ou de direitos humanos e direitos laborais; 1/3 vinham de empresas ou de fundações, institutos e outras organizações empresariais; e o restante (1/3) representantes de instituições acadêmicas, representantes oficiais de governos de países das Américas, da África e da Europa, de organismos internacionais e consultores independentes ou outros.

Desses 550 inscritos, 335 (ou 61%) de fato participaram da Conferência, contando 39 painelistas e moderadores. A maioria dos inscritos (53%) eram mulheres. No dia 8 de dezembro, participaram 255 pessoas e 15 painelistas e mediadores; no dia 9, 219 pessoas, além de 24 mediadores e painelistas. Alguns dos inscritos participaram apenas do primeiro dia, e, outros, somente do segundo, mas 169 participantes estiveram presentes nos dois dias da Conferência.

Dos 335 participantes, 26% representavam organizações da sociedade civil que lidam com temas ambientais e ou de direitos humanos e direitos laborais; outros 28% vinham de empresas ou de fundações, institutos e outras organizações empresariais; 15% estavam ligados a instituições acadêmicas; 19% eram representantes oficiais de governos de países das Américas e da Europa; e 5% eram de organismos internacionais, sendo quase todos da União Europeia; e, por fim, 11% eram consultores independentes ou outros. Os participantes eram provenientes de 15 países, sendo a maioria (80%) do Brasil.



De acordo com a enquete circulada ao final do evento, a maioria dos participantes avaliou que a conferência foi útil para aprofundar seu conhecimento sobre o CDS e para subsidiar sua atuação nos temas do capítulo (**ver Anexo IV e V**).

Isso posto, em relação aos resultados alcançados, destacam-se:

- Participação de diferentes atores de distintas regiões e setores, propiciada pelo ambiente virtual;
- Participação efetiva da audiência por meio de questionamento e comentários públicos no chat e Q&A, conforme Anexo III, bem como respostas a esses questionários pelos painelistas;
- Promoção do debate informado sobre os principais pontos abordados e questionados pela sociedade civil na 1ª fase da Iniciativa referentes ao CDS, conforme divisão dos dias e conteúdos dos painéis (ver Anexo I e II), assim foi possível abordar temáticas sobre impactos econômicos, sociais e ambientais; participação da sociedade civil nos mecanismos de participação;
- Disseminação de conhecimento e informação sobre o capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável da UE por meio do conteúdo trazido nos painéis e plenárias, sessões de informação e de perguntas e respostas, dentre outras;

- Ampliação da compreensão dos desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo na área do CDS e como essas oportunidades agregam à atuação das organizações participantes;
- Identificação, por representantes das organizações da sociedade civil e do setor privado, de possibilidades de participação na implementação e monitoramento do Acordo;
- Recolhimento de subsídios e pontos de melhoramento para possíveis novas fases, conforme Recomendações feitas adiante.

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Dificuldades quanto ao **engajamento dos participantes**:

- Avalia-se que a Conferência teve como desafio permitir a compreensão do que as organizações e participantes podem fazer com as informações recebidas;
- Avalia-se que considerando a data da Conferência, o tempo de preparação foi curto e data não foi favorável; tendo sido a data confirmada com menos de um mês, muitos dos especialistas de primeira escolha não estavam disponíveis para participar, o que exigiu a escolha de segundas e terceiras opções.
- Avalia-se que o curto tempo de preparação também tenha impactado no número de participantes, pontuamos assim a existência de eventos similares na mesma semana.
- Algumas organizações que participaram da fase do workshop se declararam publicamente contra o Acordo, inclusive com manifestações públicas e abaixo-assinado.

Dificuldades quanto ao **formato dos eventos**:

- Uma dificuldade mais relacionada ao formato da Conferência foi quanto às oportunidades de participação da audiência. Talvez por terem participado da primeira etapa, de workshops, que foi realizada num formato significativamente mais interativo do que a Conferência, alguns participantes expressaram frustração quanto ao tempo reduzido dedicado à resposta a seus questionamentos, e, outros, quanto à falta de resposta às suas questões.

- Observamos que a proposta de quebra em salas paralelas teve como desafio a migração das pessoas para as respectivas salas, o que pode ter resultado em números menores de participação nas salas paralelas.

Dificuldades **operacionais e técnicas**:

O evento foi realizado de forma virtual, e o relato de algumas dificuldades enfrentadas podem servir para informar decisões sobre questões técnicas em possível próxima etapa.

- Alguns painelistas tiveram problemas com seus equipamentos – notadamente a mediadora do Painel III, que não conseguia conectar seu microfone. Esses problemas são comuns em eventos virtuais, mas o fato de a plataforma escolhida não permitir a entrada dos participantes antes da hora, em salas de espera para testar som e imagem, fez com que o problema fosse detectado já “ao vivo” e atrasasse ligeiramente o andamento do painel.
- Outra dificuldade técnica foi um problema no encaminhamento das enquetes no primeiro painel do primeiro dia, o que invalidou o instrumento de medição de cumprimento dos objetivos da Conferência naquele dia, e, consequentemente, também no segundo dia, já que os dados não teriam como ser comparados. Mas o problema foi resolvido e a enquete final, redesenhada, foi encaminhada aos participantes no segundo dia.
- Por fim, pontua-se que trabalhar com uma equipe no fuso horário da Europa muitas vezes dificultou o andamento das tarefas urgentes, visto que o expediente de lá se encerrava enquanto o do Brasil ainda estava no meio da tarde.

RECOMENDAÇÕES

Após comparar as duas etapas da iniciativa, recomendamos que, tendo em mente seu objetivo de promover um diálogo com a sociedade civil, a próxima etapa inclua mais oportunidades de participação do público, talvez voltando ao formato de workshops,

também para aproveitar a expertise, experiência e capacidade de influência dos participantes.

Da mesma forma, acreditamos que seria produtivo informar os objetivos da iniciativa muito claramente, para evitar frustrações por parte dos participantes. Como ficou evidente por algumas das perguntas e comentários recebidos, alguns integrantes de organizações da sociedade civil pareciam ter a expectativa de que a Iniciativa seria uma consulta pública, cujos resultados poderiam ser incorporados ao Acordo. Seria importante ressaltar que a Iniciativa pretende apenas informar a sociedade civil sobre o Acordo e sobre oportunidades de participação nos mecanismos previstos pelo CDS, ressaltando que cabe ao governo brasileiro selecionar as organizações que participarão do GCI. Ainda, a falta de publicidade sobre o Acordo no que tange a participação da sociedade civil e sobre monitoramento gerou expectativa e questionamentos, o que também poderia ser aportado em uma próxima etapa, com a publicação/divulgação dos dispositivos do Acordo referente à essa temática.

Recomendamos ainda que a UE convide para um diálogo as organizações que fazem parte da *Frente Contra o Acordo Mercosul-UE e EFTA-Mercosul*. As principais ressalvas das organizações são ao Acordo como um todo, mas há críticas específicas ao CDS: “O capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável não fornece mecanismos para sua exigibilidade. A menção neste capítulo da obrigatoriedade na implementação do Acordo de Paris é insuficiente, dada a não aplicação de soluções de controvérsias nesse capítulo e a fragilidade do próprio acordo climático em relação às suas medidas vinculantes e falsas soluções como o mercado de carbono. Além disso, as questões ambientais e climáticas não entram como elementos essenciais do acordo político. Por isso, as alusões a estas questões soam como retórica, tentando disfarçar como alguma preocupação ambiental os reais objetivos do documento: aumentar o comércio das grandes empresas exportadoras de bens, serviços e capitais.”

Também recomendamos que se estabeleça um diálogo com estudiosos e integrantes de organizações ambientais que têm produzido estudos críticos sobre o impacto ambiental do Acordo, alguns dos quais estiveram presentes na Conferência.

Quanto aos temas a serem tratados, a partir das respostas às enquetes e das recentes mobilizações políticas ao redor do Acordo, identificamos alguns temas que parecem necessitar maior esclarecimento:

- *Enforceability* dos compromissos do CDS. Já que o capítulo não prevê sanções comerciais, quando o mecanismo de solução de controvérsias específico para este capítulo for definido, seria interessante esclarecer quais exatamente serão os mecanismos disponíveis para garantir que os compromissos serão cumpridos.
- Composição e funcionamento dos GCIs. Esclarecer o que o Acordo determina, para que as organizações da sociedade civil possam se mobilizar para pressionar o governo a formar um grupo verdadeiramente representativo.
- Princípio da precaução. Como e se este princípio está presente no Acordo e como se dará sua exigibilidade.

Ainda, recomendamos que se defina uma estratégia objetiva de comunicação que permita apresentar essas propostas para a população brasileira de maneira esclarecida e qualificada, de modo a:

- Considerar as dificuldades estruturais, bem como quais seriam as sanções se o contexto político atual, bastante criticado pelas organizações (conforme Anexos IV, V e VI), permanecer.
- Pensar estratégias para garantir uma compreensão aprofundada sobre o impacto do acordo na vida das pessoas e organizações, bem como da compreensão de como a participação da sociedade civil pode se dar de modo efetivo.

Por fim, quanto às recomendações técnicas-operacionais, observamos que o ambiente virtual requer dinâmicas apropriadas para torná-lo mais interessante e manter o interesse da audiência; destacando a importância da participação da audiência, por meio do diálogo, e dinâmicas de perguntas e respostas.



PARTE 2

ANEXOS

Anexo I

PROGRAMA DA CONFERÊNCIA VIRTUAL

Acordo de Associação UE-Mercosul: agenda de desenvolvimento sustentável

O papel da sociedade civil e das empresas

8 de dezembro

Apresentação do Acordo e seus impactos

09:00 - 09:30 - Mesa de Abertura

- Embaixador Ignacio Ybáñez, Delegação da União Europeia no Brasil
- Embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

09:30 - 09:45 – Apresentação da Iniciativa e objetivos da Conferência

- Victoriana Leonora C. Gonzaga, Consultora do Projeto

09:45 – 10:45 – Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade

- Maximiliano Mendez-Parra, London School of Economics (LSE)
- Moderação: Vera Thorstensen, Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas

10:45 – 10:50 – Online coffee break

Painel I:

10:50 – 12:00 – Painel I – Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo?

- Graham Stock, BlueBay Asset Management
- Marcello Brito, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

- Caio Magri, Instituto Ethos
- Moderação: Daniela Chiaretti, Valor Econômico

Painel II:

10:50 – 12:00 – Painel II – Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira?

- Nurit Bensusan, Instituto Socioambiental (ISA)
- Patrícia Cota Gomes, Coordenadora, IMAFLORA
- Raimunda Rodrigues, Origens Brasil – Comunidade Local Produtora, Mini usina do Rio Iriri no Xingu/PA
- Paulo Amaral, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
- Gizele Odete de Sousa, Engenheira Agrônoma do C.A.M.T.A - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
- Moderação: Veronica Goyzueta (*Rainforest Journalism Fund* – Pulitzer Center)

9 de dezembro

A implementação do Acordo, os incentivos e atores envolvidos

Sala 1:

09:00 - 09:05 – Abertura: Embaixador Ignacio Ybáñez, Delegação da União Europeia no Brasil

09:05 - 10:15 – Painel III: Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo?

- John Bazill, Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia
- Luigi Benincasa, Conselho Consultivo Interno do Equador
- Dulce Maria García, Vice Ministério de Comércio Exterior do Governo do Equador
- Alberto do Amaral Júnior, Universidade de São Paulo (USP)
- Moderação: Vivian Rocha, Women Inside Trade Brazil (WIT)

Sala 2:

09:00 - 09:05 – Abertura: Ministra Conselheira Ana Beatriz Martins, Chefe Adjunta da Delegação da União Europeia no Brasil

09:05 - 10:15 – Painel IV: Quais ferramentas podem contribuir ao cumprimento dos compromissos do Acordo?

- Raoni Rajão, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Procurador Rafael Rocha, Ministério Público Federal (MPF)
- Marcos Rosa, MapBiomass
- Mércia Silva, Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO)
- Moderação: André Guimarães, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

10:15 – 10:20 – Online coffee break

Retorno para a Sala 1:

10:20 – 11:00 – Garantindo a implementação efetiva do Capítulo de Desenvolvimento Sustentável

- Conselheira Clarissa Nina, Chefe de Gabinete do Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais da América, Ministério das Relações Exteriores
- Madelaine Tuininga, Chefe de Unidade, Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia
- Moderação: Marina Amaral Egydio de Carvalho, *Women Inside Trade Brazil* (WIT)

11:00 - 11:20 – Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?

- Stefan Agne, Delegação da União Europeia no Brasil
- Maria Rosa Sabbatelli, Delegação da União Europeia no Brasil

11:20 - 12:15 - Como as organizações da sociedade e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do Acordo?

- Adriana Ramos, Instituto Socioambiental (ISA)
- Athayde Mota, Associação Brasileira de ONGs para a Defesa dos Direitos e dos Bens Comuns (Abong)
- Natalie Unterstell, Instituto Talanoa
- Marcelo Linguitte, Head de Parcerias Estratégicas, Rede Brasileira do Pacto Global
- Moderação: Caio Borges, Instituto Clima e Sociedade (ICS)

12:15 - 12:30- Mesa de Encerramento

- Embaixador Ignacio Ybáñez, Delegação da União Europeia no Brasil
- Embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

12:30 — Questionário de avaliação

Anexo II

DESCRIÇÃO DETALHADA DA ATIVIDADE

Observa-se, inicialmente, que foram desenvolvidas notas técnicas para cada painel e para plenária final, de modo a auxiliar os moderadores e painelistas na compreensão da temática e da dinâmica¹¹.

Ainda, reitera-se ainda que os painéis, em sua grande maioria, receberam perguntas das audiências, as quais foram respondidas pelos painelistas.

DIA 01

8 de dezembro

Apresentação do Acordo e seus impactos

09:00 - 09:30 - Mesa de Abertura

- Embaixador Ignacio Ybáñez, Delegação da União Europeia no Brasil
- Embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

O **Embaixador Ignacio Ybáñez** agradeceu a participação de todos, afirmando que o envolvimento da sociedade civil e das empresas tem sido um pilar na construção da UE. Ele afirmou que a perda da biodiversidade, a emergência climática e os desafios que estão surgindo no cenário pós-Covid exigem a atenção prioritária de todos os países e espera-se que a política comercial ajude a enfrentar esses desafios. Ele apresentou a estratégia da UE para enfrentar esses desafios e mencionou o engajamento na implementação da agenda 2030 e a importância do Pacto Verde Europeu como estratégia de crescimento com baixa emissão de carbono.

O Embaixador concluiu afirmando que o Acordo EU-Mercosul está na fase de revisões técnicas e jurídicas e que o processo de aprovação e ratificação de acordos varia caso a caso e requer a aprovação dos Estados-membros, cada um seguindo

¹¹ As notas técnicas não encontram-se anexadas a esse relatório, no entanto, podem ser encaminhadas a pedido da KAS/CESO/DELBRA.

suas regras e princípios constitucionais, além da aprovação pelo Conselho e pelo Parlamento europeu. Ele comentou que se trata um processo político e que os temas ambiental e do desmatamento, principalmente na Amazônia, refletem essas preocupações e serão elementos crítico no debate de ratificação do Acordo.

Em seguida, o **embaixador Pedro Miguel Costa e Silva**, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, saudou os participantes e disse que o vice-presidente Mourão afirmou a disposição do Brasil em combater o desmatamento no sentido de trazê-lo para níveis sustentáveis. Comentou que o Acordo já está concluído e não será reaberto para negociações pelo Mercosul nem pela União Europeia porque isso não seria factível. Afirmou ainda que o Brasil e o Mercosul adotaram legislações que demonstram o alto compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Plenária - 09:30 - 09:45 – Apresentação da Iniciativa e objetivos da Conferência

- Victoriana Leonora C. Gonzaga, Consultora do Projeto

Victoriana Leonora Gonzaga agradeceu a presença de todos e explicou que o objetivo da iniciativa era o de promover um debate aberto e permitir o conhecimento sobre o capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável (CDS) do Acordo. Ela apresentou a iniciativa e metodologia dos painéis e plenárias. Mencionou a participação de mais de 100 organizações da sociedade civil na primeira etapa da iniciativa, além de organizações sindicais e empresariais, da academia e o setor privado de 16 estados brasileiros além de países estrangeiros. Afirmou que as mesas e painéis propostos para os dois dias foram pensados buscando representar vozes distintas que pudessem dialogar sobre os temas propostos. Disse ainda que 473 pessoas se inscreveram na Conferência, sendo 27% de organizações da sociedade civil que trabalham com temas ambientais e de direitos humanos, 34% de empresas e fundações empresariais, 16% de instituições acadêmicas, 14% representantes oficiais de governos das Américas, África e Europa, 5% de organismos internacionais e 4% consultores independentes e outros. Por fim, apresentou as plenárias dos dois dias e agradeceu a presença de todos.

09:45 – 10:45 – Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade

- Maximiliano Mendez-Parra, London School of Economics (LSE)
- Moderação: Vera Thorstensen, Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas

Maximiliano Mendez-Parra apresentou seu estudo *Avaliação de Impacto Sustentável*, que buscou analisar os impactos econômicos, ambientais, sociais, de direitos humanos e setoriais do Acordo e realizar uma ampla consulta com atores europeus e mercosulinos para coleta e disseminação de informação e resultados. O escopo do projeto cobre uma variedade de questões ligadas à sustentabilidade, incluindo clima, floresta, poluição, direitos dos trabalhadores, povos indígenas e gênero. Utilizou-se de um modelo criado pela LSE de avaliação qualitativa cobrindo dez setores da agricultura, manufatura e serviços.

Ele explicou o exercício de análise econômica com a definição de dois cenários, um conservador e outro ambicioso, que diferem no tamanho da redução de tarifas e em quantos setores estão liberalizados. Mencionou ainda que a dimensão socioambiental depende muito dos outputs, mas afirmou que o impacto do Acordo não deve ser muito grande nessa área. Fez recomendações, mencionando que o Mercosul deve implantar uma redução gradual na mudança de tarifas para dar aos atores envolvidos tempo suficiente para acomodar e mitigar os efeitos negativos do output de veículos e maquinaria.

Ele propôs que a União Europeia considerasse o uso de quotas e liberalização parcial para minimizar os impactos no setor de carne bovina e aviária e açúcar, limitando assim a exposição dos produtores e o impacto do Acordo; e que membros do Mercosul introduzissem políticas de recapacitação para tornar mais tranquila a transição de trabalhadores entre os setores que podem contratar, e para ajudar a lidar com as mudanças estruturais como a contratação dos setores industriais e expansão da agricultura (como produção alimentar) e serviços.

Ele fez uma análise ambiental afirmando que os padrões de regulamentação ambiental no Mercosul são mais baixos do que na Europa e que os mecanismos de garantia são bem mais fracos. Falou ainda sobre o impacto do Capítulo de Comércio e

Sustentabilidade, mencionando que o Acordo prevê que as metas do Acordo de Paris sejam respeitadas e que, se isso for mantido, não haverá problemas.

Maximiliano exibiu a análise de impactos nos direitos humanos comentando que em todos os países mercosulinos, com exceção do Brasil, a pobreza diminuiu. Mencionou também o problema de direito à água nas populações rurais do Brasil e do Uruguai e das altas taxas de obesidade no Brasil, além de problemas afetando populações indígenas, tais como grilagem, falta de demarcação e registro de terras indígenas e mortalidade infantil indígena, e desigualdade de gênero, reiterando a necessidade de instrumentos de monitoramento contínuo do cumprimento de direitos humanos.

Ele mencionou o aumento de importações e exportações entre os dois blocos nos setores têxteis, automobilístico e a necessidade nesse cenário de implantação de políticas redistributivas, de capacitação, condições de trabalho decente e monitoramento dessas condições.

10:50 – 12:00 – Painel I – Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo?

- Graham Stock, BlueBay Asset Management
- Marcello Brito, Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
- Caio Magri, Instituto Ethos
- Moderação: Daniela Chiaretti, Valor Econômico

Graham Stock comentou que seu fundo escreveu uma carta para as embaixadas que foi encaminhada ao governo brasileiro pedindo um maior esforço no combate ao desmatamento e que tiveram uma reunião com Mourão. Mencionou que sua empresa detém mais de US\$ 15 bilhões em mercados emergentes, sendo entre US\$ 5 e 6 bilhões na América Latina em títulos de dívidas. Ele relatou a criação do grupo formado para o processo de diálogo com o governo sobre desmatamento, que hoje conta com 65 empresas com US\$ 6 trilhões. Ele apontou os cinco tópicos da carta apresentada: redução significativa nas taxas de desmatamento; a efetiva implantação do Código Florestal Brasileiro; a plena capacidade das agências brasileiras encarregadas do cumprimento da legislação ambiental e de direitos humanos;

prevenção de incêndios perto ou dentro de áreas florestais e; acesso público aos dados sobre desmatamento e cobertura floresta.

Marcelo Brito mencionou a necessidade de separar a escala política da de Estado. Esse não é um acordo de governo, mas de Estados. Ele defendeu que o Acordo é mais vantajoso para a UE porque a estrutura do serviço europeu é muito mais adiantada, a indústria europeia é muito mais avançada então tanto o setor de serviço como o industrial europeus terão muito mais acesso ao mercado de 250 milhões de consumidores de forma muito mais competitiva do que os brasileiros.

Caio Magri refletiu sobre a redução de desigualdades e mencionou que as empresas podem e devem contribuir com transparência. Citou o paradoxo crise-oportunidade e as dificuldades em garantir direitos de povos indígenas, originários, a criminalização da sociedade civil e frisou a necessidade de uma relação solidária, responsável e sustentável e de pensar em outros critérios de sustentabilidade como rastreamento e certificações que incluam o comércio justo.

Por fim, os panelistas responderam às perguntas. Marcelo falou sobre a importância das cooperativas e Caio reforçou a importância de trazer critérios e valores para indicadores como mecanismos de transferência de riquezas, por exemplo. Graham frisou a necessidade do fim do desmatamento ilegal e da necessidade de transparência.

10:50 – 12:00 – Painel II – Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira?

- Nurit Bensusan, Instituto Socioambiental (ISA)
- Patrícia Cota Gomes, Coordenadora, IMAFLORA
- Raimunda Rodrigues, Origens Brasil – Comunidade Local Produtora, Mini usina do Rio Iriri no Xingu/PA
- Paulo Amaral, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)
- Gizele Odete de Sousa, Engenheira Agrônoma do C.A.M.T.A - Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
- Moderação: Veronica Goyzueta (*Rainforest Journalism Fund* – Pulitzer Center)

Nurit Bensusan frisou a necessidade de lembrar que os protagonistas são os povos indígenas e que os produtos da floresta não têm condições de competir com produtos agrícolas. Nesse sentido, ela afirmou que precisamos de uma economia de valorização da natureza, de valorização do território. Ela defendeu a criação de políticas públicas que ajudem na formação da juventude na Amazônia, a realização de novos estudos, de desenvolvimento de novas tecnologias nas universidades e escolas técnicas da região, visando a criação de pontes entre as cidades, aldeias e comunidades. Ela defendeu a inovação a partir da diversidade brasileira.

Patrícia Cota Gomes, do IMAFLORA, apresentou o mapa do desmatamento na Amazônia e o projeto Origens Brasil, que conecta a oferta de produtos de mais de quarenta povos indígenas e populações tradicionais a empresas e mercados, com rastreabilidade de origem, transparência e promoção de mercados éticos. Hoje são 1.879 produtores de 40 etnias, 51 produtos e ingredientes. Ela mencionou as “questões sensíveis” como as questões tarifárias, barreiras sanitárias, logística, aceitação de sistemas e normas voluntárias de sustentabilidade, e o fato de que poucas cadeias estão prontas para exportação e sensibilização do mercado europeu. Ainda, ela esclareceu que o impacto é monitorado no campo, mas o mais desafiador é o entendimento de que as pessoas não estão apenas comprando um produto, mas um conhecimento.

Raimunda Rodrigues, do Origens Brasil, mencionou que antes a produção não tinha valor e quando destinada às grandes empresas o destino final dos produtos não era conhecido.

Gizele Odete de Sousa relatou a experiência de Tomé Acu, município de colonização japonesa em 1929 na Amazônia. O município sofreu a mudança da monocultura de pimenta do reino para a fruticultura a partir da observação de povos ribeirinhos. A indústria de polpa de frutas típicas da região tem hoje 17 produtos na agroindústria cooperativa: frutas, pimenta do reino, cacau. E hoje une a monocultura do dendê, o agrocultivo e a floresta.

Paulo Amaral, do Imazon, apresentou um estudo acompanhando o preço dos produtos da floresta e frisou a necessidade de ver o que está por trás desse produto, como alternativa ao desmatamento. Ele explicou a cadeia do açaí, da Castanha do Pará e da pupunha. Mencionou a invisibilidade da economia florestal e a criação do

índice de produtos da floresta. Entre 2009 e 2018 esses produtos geraram uma receita acumulada de R\$ 1,054 bilhão. Ele defendeu necessidade de habilitar o acesso das populações tradicionais à terra e aos recursos florestais; fortalecer o associativismo e o cooperativismo; privilegiar o mercado do manejo florestal comunitário e familiar; privilegiar sistemas agroflorestais e recuperação florestal; promover acesso e uso de tecnologia; catalisar a garantia de origem; prover infraestrutura adequada para escoamento da produção; e prover um fundo para garantir acesso aos recursos públicos e privados.

Por fim, destaca-se que os painelistas mencionaram as diversas dificuldades de ter um pequeno negócio, o problema do acesso ao crédito e o fato de que o produto da floresta embute o cuidado e a manutenção.

DIA 02

9 de dezembro

A implementação do Acordo, os incentivos e atores envolvidos

09:00 - 09:05 – Abertura: Embaixador Ignacio Ybáñez, Delegação da União Europeia no Brasil

09:05 - 10:15 – Painel III: Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo?

- John Bazill, Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia
- Luigi Benincasa, Conselho Consultivo Interno do Equador
- Dulce Maria García, Vice Ministério de Comércio Exterior do Governo do Equador
- Alberto do Amaral Júnior, Universidade de São Paulo (USP)
- Moderação: Vivian Rocha, Women Inside Trade Brazil (WIT)

John Bazill abordou os dois mecanismos de participação da sociedade civil: a existência do Grupo Consultor Interno (GCI, ou DAG, na sigla em inglês) e a realização de uma reunião maior com a sociedade civil na ocasião dos encontros do acordo. Ele explicou que o GCI pode dar sugestões sobre a implementação do Acordo

e deve ser independente do governo, ter membros da sociedade civil e de sindicatos e que a composição do grupo deve ser uma informação pública. Haverá um grupo na UE e nos países mercosulinos, e eles se encontrariam com o governo. Ele frisou a importância da transparência e o fato de que a decisão sobre quem são os membros desse grupo fica a critério de cada governo.

Dulce María García relatou a experiência do governo equatoriano com os GCIs, mencionando que houve esforços árduos que duraram oito meses para a construção desse grupo no país. Para constitui-lo, foi criado um processo de participação cidadã, de encontros com organizações com experiência no assunto, que fizeram reuniões durante oito meses nas principais províncias do país, chegando a 2.500 membros da sociedade civil, incluindo representantes acadêmicos, empresariais, de ONGs e sindicatos. Depois dos workshops regionais, foi realizada uma reunião nacional em que foram eleitos os representantes da sociedade civil, empresariado e trabalhadores para o GCI: quatro representantes empresariais, quatro dos trabalhadores e quatro da sociedade civil. O processo foi de difusão aberta da convocação, inclusão de todas as regiões para cobrir a maior quantidade possível do território equatoriano e não-intervenção na eleição dos representantes. Ainda, Dulce mencionou que trabalharam com a Junta Nacional de Comércio da Suécia no desenvolvimento de um catálogo de desenvolvimento sustentável e partir desse documento foram criados os workshops.

Luigi Benincasa relatou a perspectiva da sociedade civil equatoriana, afirmando que, depois de todas as reuniões e da eleição de representantes, foi elaborado o regulamento e a forma pela qual as decisões seriam tomadas visando fortalecer o diálogo entre os três setores. Afirmou que as questões laborais são as mais presentes no Conselho e as relativas à violência como tema transversal. A presidência é rotatória.

Alberto do Amaral Junior frisou o papel da academia no monitoramento do acordo, na produção e disseminação de conhecimento e no fortalecimento do Acordo. Mencionou os desafios da sociedade civil e atual situação do governo brasileiro. Por fim, questionou a possibilidade da participação da sociedade civil brasileira no acordo com o atual contexto e com o decreto de 2019 extinguindo conselhos.

09:00 - 09:05 – Abertura: Ministra Conselheira Ana Beatriz Martins, Chefe Adjunta da Delegação da União Europeia no Brasil

09:05 - 10:15 – Painel IV: Quais ferramentas podem contribuir ao cumprimento dos compromissos do Acordo?

- Raoni Rajão, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Procurador Rafael Rocha, Ministério Público Federal (MPF)
- Marcos Rosa, MapBiomass
- Mércia Silva, Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO)
- Moderação: André Guimarães, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Raoni Rajão, da UFMG, falou sobre certificação privada, explanando o Selo AgroVerde como opção de avanço nos sistemas de monitoramento de desmatamento legal e ilegal e identificação da rede de vendedores e compradores. O Selo une dados do Código Florestal com dados de importação tornando possível a identificação da soja, do gado e a constatação se o desmatamento é legal ou ilegal e para onde está indo esse gado, inclusive de fornecedores indiretos. A ferramenta tem parceria com o Governo do Pará e com o Ministério Público Federal. Mencionou, por fim, que os ilegais são as minorias dos imóveis (10%), que é possível desenvolver a curto prazo um sistema governamental de controle de origem ambiental que seja transparente e universal; e que sistemas de rastreabilidade individual como blockchain são custosos.

Rafael Rocha, do Ministério Público Federal, relatou a sua experiência com o Programa Carne Legal que visava a regularizar a cadeia ilegal da agropecuária e desestimular a compra em fazendas com desmatamento ilegal ou com mão-de-obra escrava. O desafio do MP é fazer com que todos os frigoríficos assinem esse acordo. A metodologia é hoje diferente da de 2013 pois eram fazendas que tinham de estar na lista de embargados do IBAMA e hoje é possível cruzar os dados do Prodi com os dados do CAR e com informações da procedência do animal, procurando evidência de que os frigoríficos estão comprando de áreas desmatadas ilegalmente independentemente de ter havido autuação prévia ou não.

Mércia Silva, da InPACTO relatou que o instituto foi criado por empresas que desejaram fazer o enfrentamento do trabalho escravo e que, 15 anos depois, a lista é eficiente, mas ainda tem um déficit de inspeção muito grande, sem poder dar um espelho real já que existem municípios brasileiros que nunca foram inspecionados. Ela lembrou que a história brasileira vem de uma narrativa de exploração, uma narrativa que nega. Foi criado um índice de vulnerabilidade para o trabalho escravo infantil. As empresas são chamadas para observar, priorizar, intervir e comunicar e compartilhar o risco de acordo com as variáveis.

Marcos Rosa, do MapBiomias, explicou que essa é uma iniciativa da sociedade civil que envolve uma diversidade de atores acadêmicos, públicos e privados. O Brasil é líder em desmatamento, mas quanto dessa área retorna? Para entender esse processo, ele explicou que o MapBiomias produz mapas anuais de cobertura e uso de terra no Brasil para cada um dos biomas, incluindo a expansão da agropecuária, agricultura e a velocidade. Também é possível saber a qualidade da pastagem, de que uso mudou para que uso, cruzando por propriedade. Ele ainda afirmou que existem dados de regeneração para entender a recuperação das florestas no território brasileiro. São cruzados dados também e gerados alertas de desmatamento para cada CAR, indicando se pega reserva legal, nascente, APP, fazendo a evolução das áreas e indicando todas as fontes de dados.

10:20 – 11:00 – Garantindo a implementação efetiva do Capítulo de Desenvolvimento Sustentável

- Conselheira Clarissa Nina, Chefe de Gabinete do Secretário de Negociações Bilaterais e Regionais da América, Ministério das Relações Exteriores
- Madelaine Tuininga, Chefe de Unidade, Diretoria Geral de Comércio, Comissão Europeia
- Moderação: Marina Amaral Egydio de Carvalho, *Women Inside Trade Brazil* (WIT)

Mariana Amaral Egydio de Carvalho apresentou as preocupações com o caráter vinculante desse capítulo, principalmente da falta de sanções que pudessem garantir uma exigibilidade maior do Acordo. Apresentou também dúvidas quanto ao papel

consultivo da sociedade civil na implementação dos compromissos, principalmente na participação na esfera nacional e seleção dos membros.

Clarissa Nina listou três elementos importantes para o Acordo: uma boa base para o trabalho, meios de implementação e mecanismos de monitoramento e revisão. No primeiro elemento, ela destacou os artigos 2 e 3, inibindo retrocessos. No segundo, menor nível de ambição. Não há uma questão explícita sobre fontes de financiamento para a implementação do capítulo nem como isso deva ser implementado. E no terceiro falou da importância da transparência como elemento fundamental.

Madelaine Tuininga afirmou a necessidade de ter confiança e ter parceiros, como organizações internacionais tais como a OIT. Afirmou que é preciso se beneficiar do trabalho de cada uma e criar os métodos de garantia. Mencionou a importância da transparência e contou da implementação de uma plataforma de reclamação e da necessidade de responder às demandas.

11:00 - 11:20 – Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?

- Stefan Agne, Delegação da União Europeia no Brasil
- Maria Rosa Sabbatelli, Delegação da União Europeia no Brasil

Stefan Agne mencionou que o objetivo é ampliar e estruturar o engajamento da UE e seus Estados-membros com a sociedade civil, reconhecendo o seu papel na promoção da justiça, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos. De acordo com ela, isso deve ocorrer por meio de consultas e canais de diálogo com a sociedade civil. As cinco prioridades nesse escopo de cooperação são: a luta contra as desigualdades; o fortalecimento da sociedade civil; a proteção dos direitos humanos; o meio-ambiente e o clima; e a economia sustentável. Informou sobre um edital da sociedade civil em andamento abordando esses temas e deu exemplos de cooperação da UE com o setor privado.

Maria Rosa Sabbatelli defendeu o instrumento de parceria como parte da política externa da UE, o engajamento em ações para proteger a diversidade e um desenvolvimento econômico mais sustentável. Ela afirmou que a sociedade civil e o setor privado são atores imprescindíveis nessa transição, e mencionou que em 2021

focarão também na economia circular, na redução de resíduos plásticos e trabalhar na cadeia da mineração.

11:20 - 12:15 - Como as organizações da sociedade e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do Acordo?

- Adriana Ramos, Instituto Socioambiental (ISA)
- Athayde Mota, Associação Brasileira de ONGs para a Defesa dos Direitos e dos Bens Comuns (Abong)
- Natalie Unterstell, Instituto Talanoa
- Marcelo Linguitte, Head de Parcerias Estratégicas, Rede Brasileira do Pacto Global
- Moderação: Caio Borges, Instituto Clima e Sociedade (ICS)

Adriana Ramos afirmou que a sociedade civil tem tentado nesses vinte anos apoiar e participar do Acordo, mas existe um cenário de redução de espaço cívico muito grande, inclusive de organizações que trabalham na Amazônia. Ela acrescentou que a sociedade tem condições de monitorar o Acordo, mas é muito difícil esperar salvaguardas que venham do governo brasileiro.

Natalie Unterstell pontuou que o Brasil tem uma sociedade civil organizada vibrante e tem uma série de mecanismos de monitoramento que nos permitem hoje não apenas monitorar as decisões, mas também o efeito das políticas públicas no país, tais como o monitoramento das taxas de desmatamento. São mecanismos de checagem, monitorando atos de governo, gases de efeito estufa etc. Ela relembrou que, dos 30 conselhos e colegiados, apenas 12 foram instituídos por lei por causa do decreto do ano passado. E essas que sobraram eliminaram a participação da sociedade civil e da academia ou a reduziram.

Athayde Mota destacou que a visão da sociedade civil é bem distinta da do setor privado. A sociedade civil está comprometida com a preservação da floresta. Afirmou ainda que a sociedade civil é organizada e tem uma agenda organizada.

Marcelo Linguitte apresentou que o Pacto Global tem trabalhado com empresas que acreditam no desenvolvimento sustentável e que existem instâncias de políticas públicas subnacional que têm condições de debater esses aspectos.

12:15 - 12:30- Mesa de Encerramento

- Embaixador Ignacio Ybáñez, Deleção da União Europeia no Brasil
- Embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

O **embaixador Ignacio Ybañez** fez um agradecimento final e um resumo dos painéis dos dois dias.

O **embaixador Pedro Miguel** fez um agradecimento mencionando os benefícios desse Acordo, afirmando que não representa nenhuma ameaça ao meio-ambiente. Reafirmou a necessidade da participação de todos e fez um resumo dos principais pontos, frisando que o acordo é um fruto de muito trabalho e que não vai ser renegociado nem reaberto.

Anexo III

PERGUNTAS, COMENTÁRIOS E DOCUMENTOS DOS CHATS

Abaixo, encontra-se a transcrição de perguntas e comentários realizados pela audiência na plataforma Zoom, conforme documentos recebidos pela KAS e pela gestora da Plataforma.

Sala 1 – Dia 08.12	
1. Para avançarmos rumo às ratificações do Acordo Mercosul-UE e tirarmos vantagem das nossas fronteiras comuns interregionais (França e Brasil) e intrarregionais (na interseção dos Estados Partes fundadores do Mercosul) no Cone Sul, quais as perspectivas para projetos transfronteiriços interregionais entre a UE e o Mercosul?	Adriano Greco da Fonseca
2. Uma vez que todos concordam com a importância da Região Amazônica, gostaria de saber se há perspectiva de um acordo de cooperação entre a UE e a OCTA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), tirando proveito das fronteiras comuns entre o Brasil e a França? E caso não haja, por que não?	Adriano Greco da Fonseca
3. Levando em consideração às nossas fronteiras comuns, quais as perspectivas para projetos de cooperação transfronteiriça DESCENTRALIZADA interregionais e intrarregionais Mercosul - UE?	Adriano Greco da Fonseca
Good morning. Do we have access to the draft version of the agreement? If yes, where it would be?	Vivian Smith
Obrigado, Sra. Karen. Segue errata para a minha 3ª pergunta. Onde diz "às nossas fronteiras comuns", lê-se "as nossas fronteiras comuns". Grato.	Adriano Greco da Fonseca
Bom dia, entendemos que o acordo esta negociado e fechado, mas poderá continuar mesmo com o aumento da violação dos direitos humanos e principalmente aos jovens e crianças?	Andrea Mendes
Obrigada Karen.	Andrea Mendes
Há a perspectiva do uso da tecnologia para funcionar como catalisador no cumprimento das metas dos ODS até 2030, neste Acordo de Cooperação Internacional União Européia-Mercosul?	Tadeu Saravalli
Desculpe, não tinha visto sua mensagem.	Tadeu Saravalli
O Embaixador do Brasil, está "negando" os altos índices de desmatamentos no nosso Brasil. Afirmar que o Brasil é exemplo no Agronegócio, ele é um dos principais fatores para o desmatamento e perde de biodiversidade. Por que nós Brasileiros temos dificuldade para assumir os nosso erros, com relação a conservação ambiental, o Brasil já foi vanguarda na conservação, mas não é mais.	Sérgio Estima
A tecnologia utilizada de uma forma eficiente, objetiva e dinamica pode sim, funcionar como catalisador do cumprimento das metas dos ODS, quando somando forças entre as nações, e essa força tem um único objetivo que é o melhor	Jéssica Ribeiro



desenvolvimento da vida humana (ambiental e todo tipo de vida).	
O Embaixador Pedro Miguel diz que o Brasil está plenamente comprometido com o meio ambiente e com os direitos dos povos indígenas. Desde que o presidente Jair Bolsonaro assumiu o governo, todos os processos de reconhecimento territorial indígena foram paralisados. Nenhuma terra indígena foi demarcada. Em que base o MRE afirma o comprometimento com a promoção dos direitos indígenas? Não parece que a afirmação tenha lastro na realidade.	luis donisete grupioni
Bom dia. Peço, por favor, que seja esclarecido se os resultados desta conferência terão impacto sobre o o atual status de enforcement do capítulo de comércio e desenvolvimento sustentável do acordo, se incidirão sobre o aprimoramento dos textos legais do mesmo, assim como de seu mecanismo de compliance, ou se os resultados estarão limitados a mecanismos fora do acordo (certificação, rastreamento etc.), o que seria lamentável. Obrigado. Carlos Rittl, senior fellow do Instituto de Estudos Avançados em Sustentabilidade de Potsdam, Alemanha.	Carlos Rittl
I'd kindly ask to dr. Maximiliano to cite which Brazilian environmental and indigenous people organisations have been consulted during the development of the SIA or taken part in the only workshop held in Brazil (Sao Paulo). In addition, I'd appreciate to understand if the SIA final report is still seen as a draft more than a year after the agreement was signed, what is the practical effect of it in the negotiation of agreement's legal texts. Thank you. Carlos Rittl (senior fellow at IASS-Potsdam).	Carlos Rittl
It is possible to decouple production from deforestation if the government is willing to apply the policies against deforestation. But the current government is not doing it. Instead, it created another level of appellation that has blocked the collection of fines.	Paulo Barreto
Bom dia e obrigada pelo evento. Minha pergunta diz respeito a um tema que será abordado amanhã, mas seria útil ouvir também dos panlistas da apresentação, dado que o papel da sociedade civil nunca foi tão importante no combate ao desmatamento e na promoção da bioeconomia: os canais de participação da sociedade civil previstos no acordo. O capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável menciona ao menos um mecanismo, aparentemente ainda sem nome (a referência aparece em parênteses e grifada), além de um grupo de consultores da sociedade civil. Como funcionarão tais mecanismos, qual o seu papel na solução de controvérsias, e quais suas limitações?	Adriana Abdenur
I recommend looking at at this new report on the potential impacts on deforestation: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2020/11/mercosulue_en_imazon.pdf	Paulo Barreto
Thank you for your response, Mrs. Swanborn. I'd appreciate if you could still raise my questions to Dr. Maximiliano.	Carlos Rittl
Thank you, Mrs. Brant.	Anonymous Attendee
Bom dia a todos! Gratidão pela oportunidade em ouvir a todos e participar! Quais os bons sacrifícios que os países em acordo identificam como fundamentais para a efetividade da Era da Sustentabilidade, para além das relações comerciais?	Andrea Leoni
Nowadays, the current policies in practice to prevent deforestation and to stimulate a greener food and forest supply chain in Brazil are not working well. How the	Vivian Smith



agreement will increase the adoption of better policies and practices if the report results do not show substantial differences on the environmental impacts results after the agreement implementation? It will remain the same?	
(...corrigindo: "... oportunidade,...") Gratidão!	Andrea Leoni
Bom dia e obrigada pelo conteúdo. Minha pergunta é ao Sr. Maximiliano, quando você pontua os baseline de direitos humanos, as crianças e adolescentes não são citados. E o direitos destes jovens como será abordado no acordo e também no controle da UE sobre este tema? Andrea Mendes - Instituto Mundo Aflora	Andrea Mendes
What will be the effect of the AA on the income inequality and poverty reduction in Brasil? With reduced tariffs, commodity exports fixes lots of domestic prices, increasing inflation particularly for low-income groups, creating employment for few, and posing more difficulties for many in the informal sectors.	Martinus Antonius Maria van Gastel
O acordo prevê alguma ação para além das proteções de direitos humanos BÁSICOS? Me refiro, por exemplo, à transferência de tecnologia e capacitação técnica da população para a promoção do trabalho qualificado.	Leonardo Nascimento
Olá, bom dia. Eu gostaria de saber onde posso encontrar o relatório, por favor.	Larissa Vejarano Branco
Gostaria de ter acesso ao relatório, onde tenho acesso?	Gabriel Soyer
Prezados, onde conseguimos o documento elaborado pelo Maximiliano Mendez-Parra? Obrigada	Rafael Vinicius Lima - Br
Por gentileza, seria possível compartilhar o relatório produzido pelo palestrante Maximiliano Mendez-Parra? Se está disponível em algum site? Obrigada!	Tatiana de Souza Leite Garcia
Qual importância do cooperativismo no acordo? As cooperativas terão algum tipo de "sistema preferencial" no acordo?	jose claudio oliveira carvalho
Bom dia! Mr Graham, os investidores internacionais estão dispostos a reverter parte dos ganhos dos investimentos para ações práticas de proteção de áreas privadas de floresta nativa e recuperação de áreas degradadas em corredores de preservação nos biomas brasileiros?	Paulo Bellonia Save Cerrado
Thank you for the panel and congratulations Mr Graham for your initiative. I'd like to ask Mr. Graham which indicators are they using to monitor the Brazilian Central Bank and Brazilian government responses upon the 5 points you elected in your claim. For instance, budget and efforts in Environmental Agency against deforestation in different biomas and others? Would be possible to civil society to follow them?	Vivian Smith
Bom dia. Gostaria de saber de Marcello Brito qual a posição do agronegócio na proteção do meio ambiente e no cumprimento e implementação do capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável?	Beatriz Cruz
Bom dia. Ainda aguardo respostas às três perguntas que fiz no início do dia. Creio que eu tenha sido o primeiro a perguntar no Q&A.	Adriano Greco da Fonseca
Muito obrigada, Karen!	Tatiana de Souza Leite Garcia



Prezada e Prezados, bom dia! Nós sabemos que ao longo das negociações, havia um grupo empresarial mais reticente à abertura econômica, com receio do que a indústria e os serviços europeus pudessem ocasionar, em termos de concorrência, para os esses setores nacionais. Como ficam equalizadas essas sensibilidades com o acordo já firmado? Há ainda algum tipo de pressão por parte dos setores ditos mais sensíveis ao acordo? Obrigado!	Lucas Bispo
Falas relevantes, mas a pergunta do painel 1 ainda não foi objetivamente respondida. Quais (se existem) as medidas do setor privado em reação ao acordo?	Claudia Azevedo-Ramos
Green New Deal. Na Europa o debate sobre questões de sustentabilidade não são apenas verticais (entre Estados e organizações), mas também horizontais (apoio da comunidade europeia). No Brasil debate só é travado a sério (ganha manchetes) quando há fogo nas matas (período histórico da chamada coivara/queimada). Pois bem, os acordos internacionais precisam ser condutores dos debates horizontalizados sobre sustentabilidade indo além do aspecto comercial? É preciso insistir nas exigências socio-ambientais para efetivação de novos compromissos?	Carlos Augusto Dos Santos Martins
A agricultura familiar na pirâmide comercial, fica sediada na base, produzindo, porém sem força de imposição comercial, sempre comprometida com a sustentabilidade econômica e social. Quais benefícios e compromissos ela terá?	jose claudio oliveira carvalho
4. Como o Caio Magri falou sobre a importância da redução de desigualdades, pergunto como que o acordo birregional poderia ajudar a reduzir as desigualdades entre os países do Mercosul e os da UE?	Adriano Greco da Fonseca
Também tenho a mesma impressão que o Caio Magri, acho o acordo muito focado no ambiental, mas Direitos Humanos muito pouco. Principalmente com o olhar as nossas crianças e adolescentes.	Andrea Mendes
Daniela e Caio, obrigado por terem respondido a minha 4ª pergunta. Pretendo participar desta conferência amanhã. Peço a gentileza de darem uma olhada nas minhas primeiras três perguntas feitas no início do dia a respeito de cooperação transfronteiriça descentralizada interregional e intraregional Mercosul - UE. Creio que elas sejam muito interessantes. Aliás, se esse tipo de cooperação for possível, ele poderá, eventualmente, contribuir para reduzir as desigualdades entre os países do Mercosul e os da UE.	Adriano Greco da Fonseca
Sou Diretora Executiva do Instituto Mundo Aflora	Andrea Mendes
Eu é que agradeço, Victoriana. Torço para que, amanhã, respondam as minhas três perguntas feitas no início do dia relacionadas a perspectivas para cooperação transfronteiriça descentralizada interregional e intraregional Mercosul - UE.	Adriano Greco da Fonseca
Esse ano, o MST se tornou o maior produtor de arroz orgânico na América Latina. Isso não contradiz, um pouco, o discurso de que as famílias beneficiadas pela reforma agrária, não conseguem fazer uma produção sustentável que ultrapasse a sua própria subsistência?	Pedro Augusto Lacerda de Sousa
Entendo que o senhor Marcelo Brito fale de uma agricultura familiar que não reflete muito bem nossa realidade, não somos assim tão desprovidos de produção e riquezas, somos ignorados pelo governo e pelo agroinvestidor. Tirem a agricultura familiar e a população não terá o que se alimentar. O agroinvestidor que	jose claudio oliveira carvalho



consideramos importantíssimo produz importação, não alimentos à população.	
Prezada Sra. Karen, eu é que agradeço pela atenção.	Adriano Greco da Fonseca
obrigado	Rafael Vinicius Lima - Br

Sala 2 – Dia 08.12	
À lista da Patrícia de desafios para exportação, gostaria de acrescentar a Legislação Europeu para "Novel Foods".	Martin
Bom dia. Qual o papel das universidades da Amazônia na pesquisa sobre a bioeconomia, e como (e até que ponto) o acordo promoveria o desenvolvimento desse conhecimento e práticas?	Adriana Abdenur
Parabéns pelo estudo. Os preços são reais ou nominais?	Raquel Magossi - FIESP-DEAGRO
Obrigada!	Raquel Magossi - FIESP-DEAGRO
A ideia em anunciar na Radio, fantastica!!!	Rogério Mesquita
Luis Fernando Mateo_MOEDA Obrigado pelas apresentações, Uma duvida para todos os panelistas, quais são a dia de hoje as ferramentas que na sua experiência estão com mais potencial para a sustentabilidade mais tem dificuldades em se desenvolver, e como voce lidam com os riscos da área	Luis F.
Concebendo, que um sistema produtivo econômico se concretiza em um território, qual a perspectiva a partir da politica atual do governo contra a regularização dos territórios	Antônio Eduardo - Cimi
Obrigado, muito inspirador o trabalho das cooperativas e de todos os panelistas, e efetivamente nossa ONG toca a parte de crédito muito enriquecedor as aportações.	Luis F.

Sala 1 – Dia 09.12



Esta sem som	Andrea Mendes
Não consigo ouvir a Vivian, acho que tem algum problema no audio dela	Thaís Bannwart
Nao há audio	Carlos Rittl
Quais são as entidades membros do grupo da sociedade civil do Brasil? Onde podemos consultar mais informações públicas desse grupo, como propostas, reuniões, etc? Quais são os mecanismos do acordo UE-Mercosul para garantir que os governos consultem de verdadeiramente a sociedade civil?	Thaís Bannwart
Essa tema é um desafio para o Brasil, já que parece contraditória ao decreto federal brasileiro de extinção dos conselhos e fóruns participativos em 2019.	Carolina Barreto Braga
Temos uma contradição do governo Brasileiro quanto as atitudes sobre os direitos humanos. Como garantir que as empresas e o governo cumpram as diretrizes mínimas de direitos humanos, sendo meu olhar para crianças e adolescentes que são exploradas no trabalho infantil e exploração sexual infantil? - Andrea Mendes, Diretora Executiva do Instituto Mundo Aflora	Andrea Mendes
Outro comentário, tenho visto apenas uma visão voltada para questões ambientais ao longo dos debates e não direitos humanos.	Andrea Mendes
Obrigada Sr. Alberto pela resposta, mas quais serão os mecanismos de controle sobre o governo e as empresas e possíveis sanções no não cumprimento dos direitos mínimos, lembrando que a violência impera contra os adolescentes sendo violados todos seus direitos? A pergunta é a todos	Andrea Mendes
Conselheira Clarissa Nina, excelente apresentação. Concorde em gênero, número e grau com as suas considerações sobre a aplicação de sanções. Seus efeitos costumam ser desequilibrados, disparar retaliações (perigosas) e, o que é pior, atingir as populações mais vulneráveis.	Vinicius neves dos santos
Dear Ms. Madelaine Tuininga, as you may well know Brazil and France (Mercosur and the EU) hold common border. Any perspective for triangular and decentralised cross-border cooperation opportunities between EU-Mercosur, interregionally and intraregionally?	Adriano Greco da Fonseca
Para a conselheira Clarissa Nina. como é que a sociedade civil pode participar efetivamente no Brasil.	Rosa Maria Campos Jorge
Gratidão a todos! Parabéns!	Andrea Leoni
Por gentileza, poderiam compartilhar o site ou editais onde constam essas parcerias com a sociedade civil e setor privado, mencionados pelo Sr. Stefan Agne?	Tatiana de Souza Leite Garcia
Como não deu tempo para a Sra. Tuninga responder a minha pergunta acima na painel anterior, ficaria contente se algum dos palestrantes deste painel a respondessem: Quais as perspectivas para cooperação transfronteiriça entre UE e Mercosul, dos pontos de vista interregional (na nossa fronteira comum na Amazônia) e intraregional triangular descentralizada (no Cone Sul da interseção dos Estados Partes fundadores)? É a mesma pergunta que fiz ontem no início	Adriano Greco da Fonseca

desta conferência.	
vai haver fundos específicos para temas sociais e cadeias produtivas, como desenvolvimento de due diligence, monitoramento e promoção de ações de direitos humanos. E apoio à organizações e iniciativas de sociedade civil nesses temas	Mércia C. Silva
Poderiam compartilhar o contato do Dr. Stefan? Perdi o último slide. :/	Lucas Vieira
Se os slides dos painelistas forem compartilhados, poderemos fazer a busca na internet pelos títulos das parcerias/projetos. Muito grata!	Tatiana de Souza Leite Garcia
Como a sociedade civil e o setor privado participam das negociações técnicas no âmbito do Mercosul ou levam suas demandas para essas instâncias, especialmente no que tange o Acordo Mercosul-UE, considerando que no Subgrupo de Trabalho 6 Meio Ambiente e nas Reuniões de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul (RMMA), esses stakeholders não constam como participantes nas atas das reuniões dessas instâncias?	Tatiana de Souza Leite Garcia
pls could you increase the audio of EN translation ? we now listen both PT and EN	EC Paola Gosparini
excelente fala, Adriana. E ótima ideia monitorar desde Bruxelas já que o Brasil não é confiável. Como isso poderia ser feito contornando o discurso de bolsonaro de “ameaça à soberania do Brasil”?	Paulo Adario
<u>Com base na fala do Marcelo, convidamos a todos e todas a aprofundar a fazer pontes aprofundar o diálogo no lançamento do OCAA (Observatório de Comércio e Ambiente na Amazônia) amanhã, quinta-feira (10). É um espaço aberto para todos que buscam informações qualificadas sobre comércio internacional e meio ambiente na Amazônia. A inauguração será transmitida ao vivo pelo canal do IPAM no YouTube, a partir das 17h (horário de Brasília), em português. Mais informações: https://bit.ly/36WqKLv</u>	Daniel Bergamo
desculpe houve um erro de digitação, por favor colocar no chat esta versão se possível	Daniel Bergamo
<u>Com base na fala do Marcelo, convidamos a todos e todas a fazer pontes aprofundar o diálogo no lançamento do OCAA (Observatório de Comércio e Ambiente na Amazônia) amanhã, quinta-feira (10). É um espaço aberto para todos que buscam informações qualificadas sobre comércio internacional e meio ambiente na Amazônia. A inauguração será transmitida ao vivo pelo canal do IPAM no YouTube, a partir das 17h (horário de Brasília), em português. Mais informações: https://bit.ly/36WqKLv</u>	Daniel Bergamo
Agradeço pela resposta da Adriana! Fiz esse levantamento em minha pesquisa de doutorado, analisando os documentos dessas instâncias ambientais do Mercosul, de 2009 a 2019, e fiquei espantada com essa lacuna.	Tatiana de Souza Leite Garcia
Concordo com a Adriana Ramos, o acordo é muito genérico no tema de Direitos Humanos e a proteção das crianças e adolescentes.	Andrea Mendes
As gravações, de ontem e hoje, serão disponibilizadas no YouTube? Agradeço pela possível resposta.	Anonymous Attendee



O maior problema do Brasil atualmente é o seu governo e nesse caso, somente nós podemos solucionar mesmo.	Carolina Barreto Braga
Muito Obrigada! Por favor, poderia disponibilizar o link do canal do YouTube da UE no Brasil? Novamente agradeço!	Anonymous Attendee
Agradecer o convite e a possibilidade desse diálogo com a sociedade civil.	Rosilene Wansetto
Embaixador Miguel Costa e Silva, Gostaria de mais informações e detalhamento da parte do acordo que cita as ações para a preservação dos Direitos Humanos para crianças e adolescentes, principalmente as meninas. Se possível, queria, por favor, receber este detalhamento. Obrigada. - Andrea Mendes, diretora executiva Instituto Mundo Aflora	Andrea Mendes

Sala 2 – Dia 09.12

Na "carne legal" seria possível incluir cláusulas de compliance (áreas livres de desmatamento) já no licenciamento de frigoríficos?	Claudia Azevedo-Ramos
Excelente paine!! Parabéns aos organizadores, mediador e palestrantes!	Tatiana de Souza Leite Garcia

Anexo IV

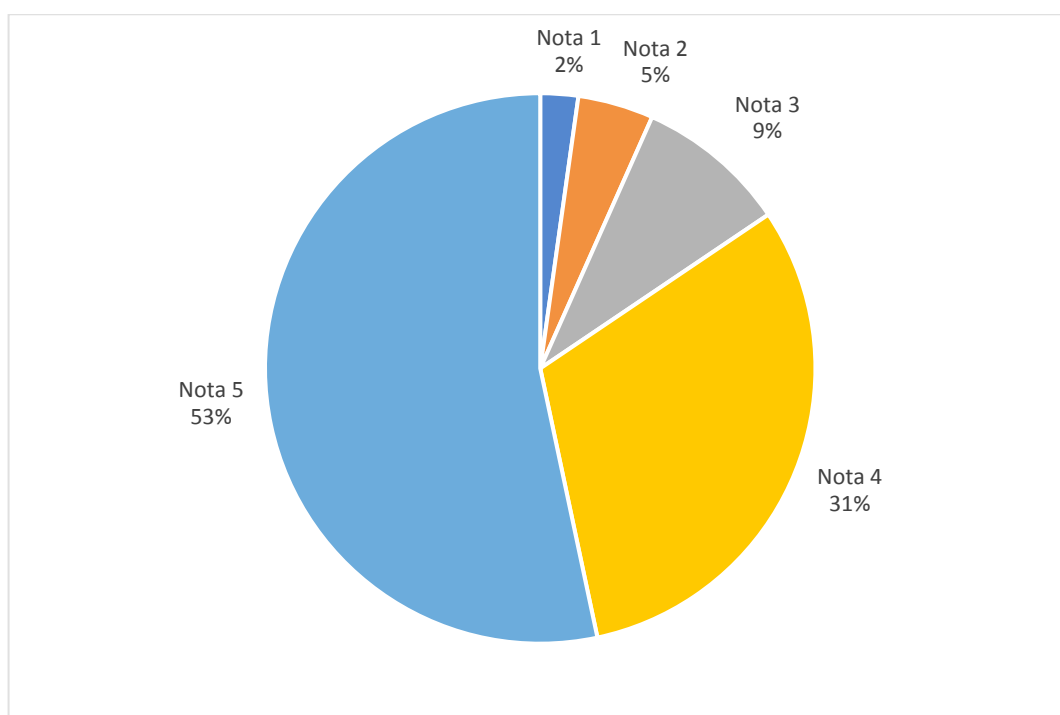
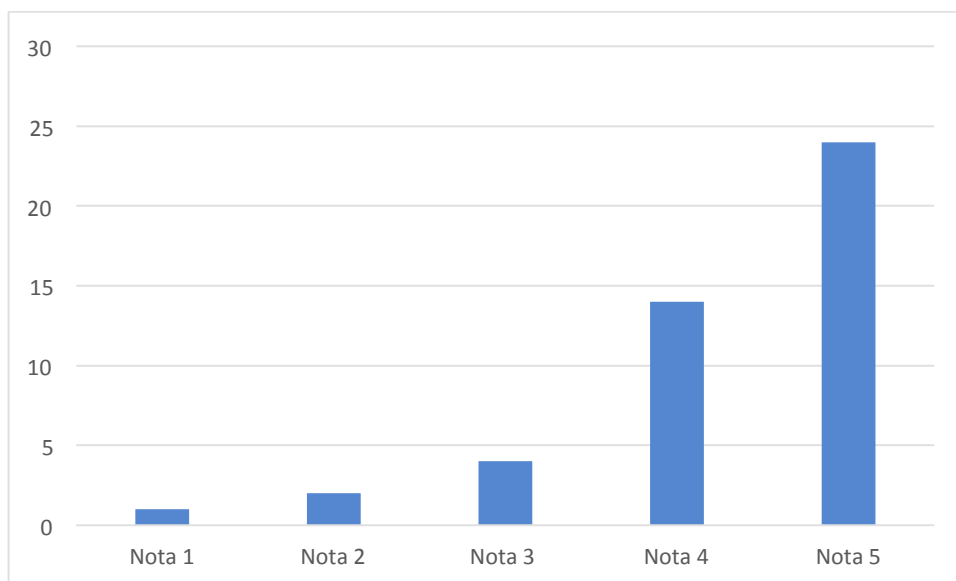
ENQUETE REALIZADA NA PLATAFORMA ZOOM

Como dito acima, os objetivos da Conferência eram promover um debate aberto e informado e fomentar o conhecimento sobre os compromissos ambientais e sociais do CDS, bem como propiciar o diálogo sobre os desafios e oportunidades potenciais trazidas pelo Acordo para as organizações da sociedade civil e do setor privado, de modo que as organizações possam se tornar atores ativos na implementação e no acompanhamento do Acordo. Para verificar se esses objetivos foram efetivamente cumpridos, foram elaboradas enquetes a ser circuladas ao fim de cada painel e ao final de cada dia, além de um questionário pós-evento (ver Anexo VI).

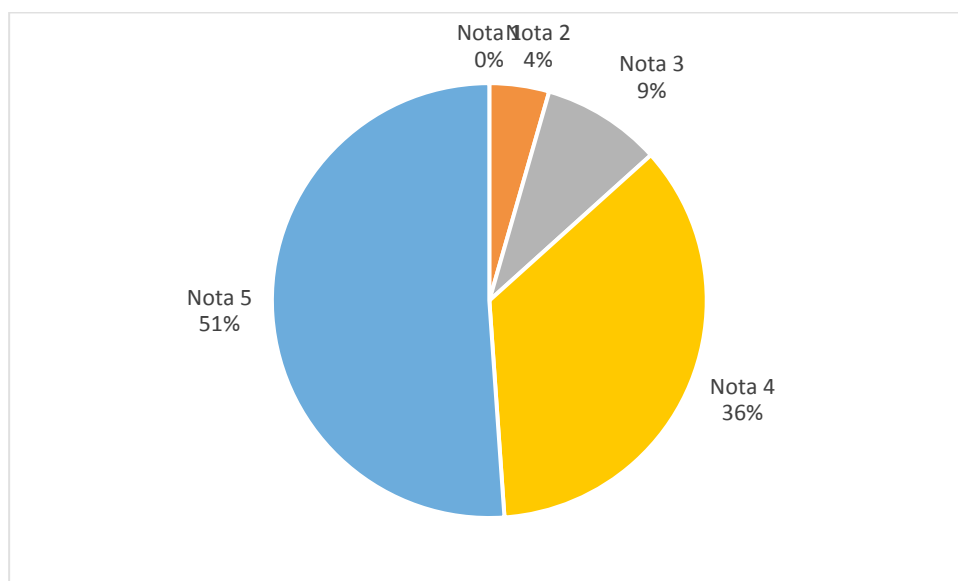
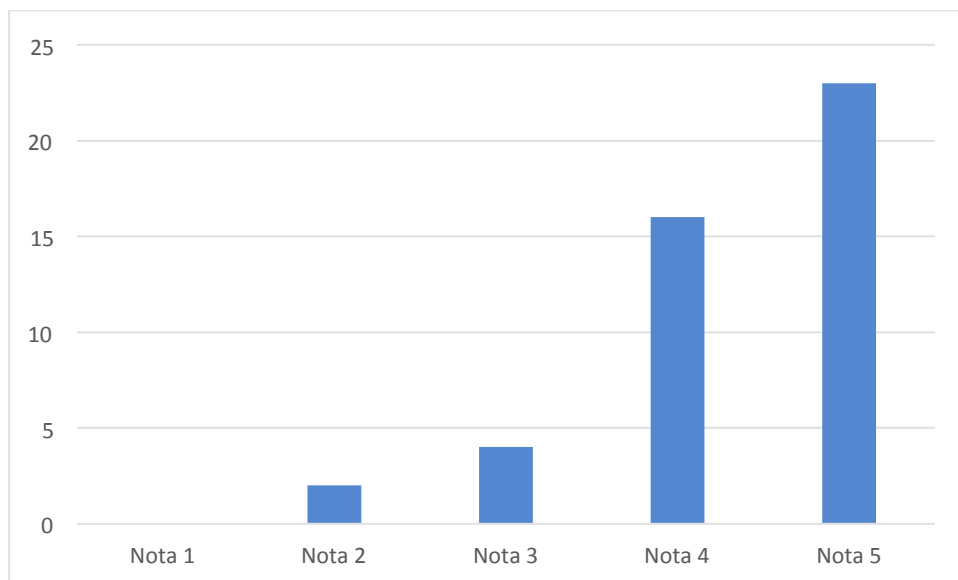
Por problemas técnicos, a enquete não circulou após o Painel I e apenas 12 pessoas a responderam após o Painel II, comprometendo a possibilidade de usar dados comparativos. A enquete final teve 45 respostas, ou de 13,5% dos participantes, e reúne avaliações sobre a Conferência como um todo.

A enquete incluía cinco perguntas e pedia aos respondentes que indicassem o quanto a Conferência contribuiu para cada um de seus objetivos dando notas de 1 a 5.

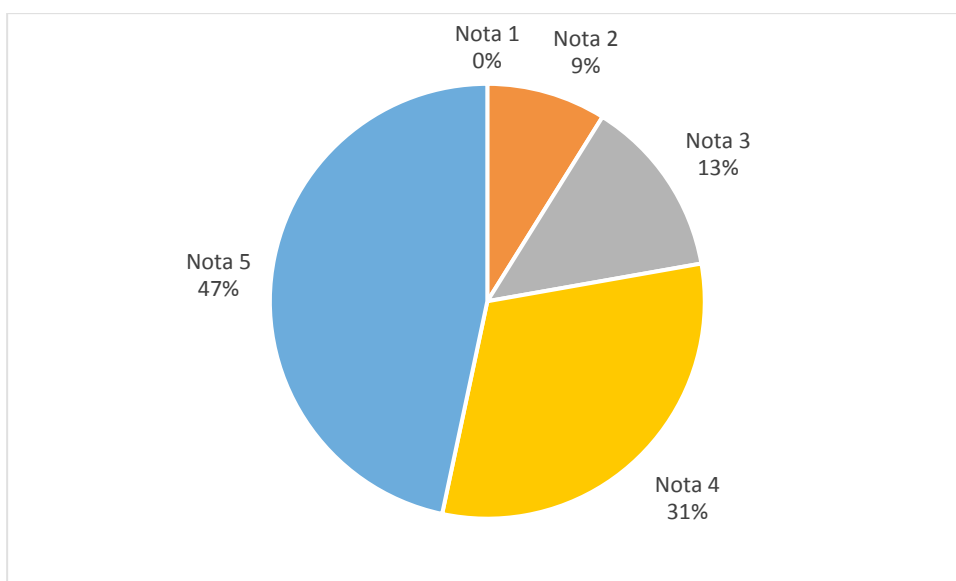
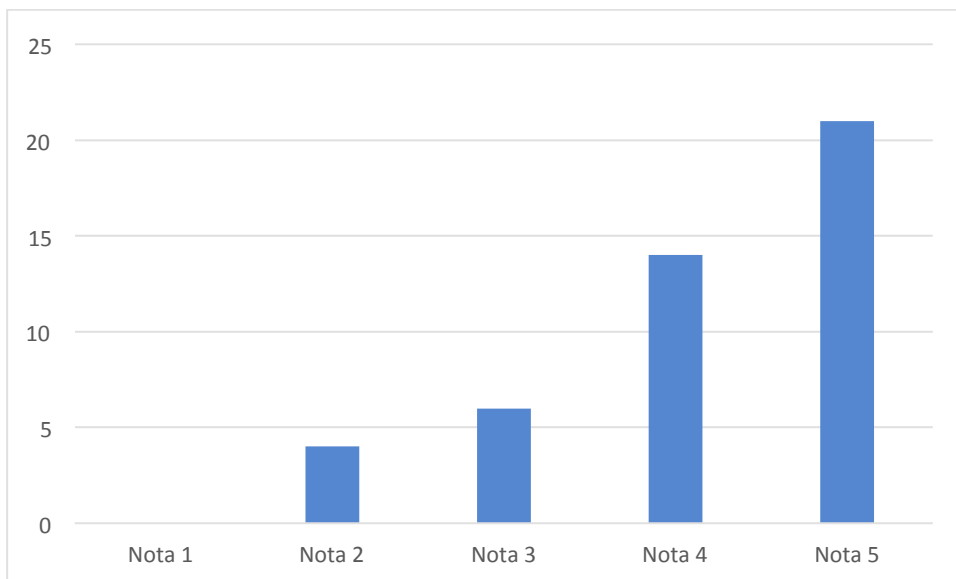
A média de notas para a primeira pergunta, “O ambiente virtual oferecido possibilitou o debate informado sobre as temáticas da Conferência?”, foi de 4,3 e a distribuição se deu da seguinte forma, com a maioria (84%) das notas entre 4 e 5.



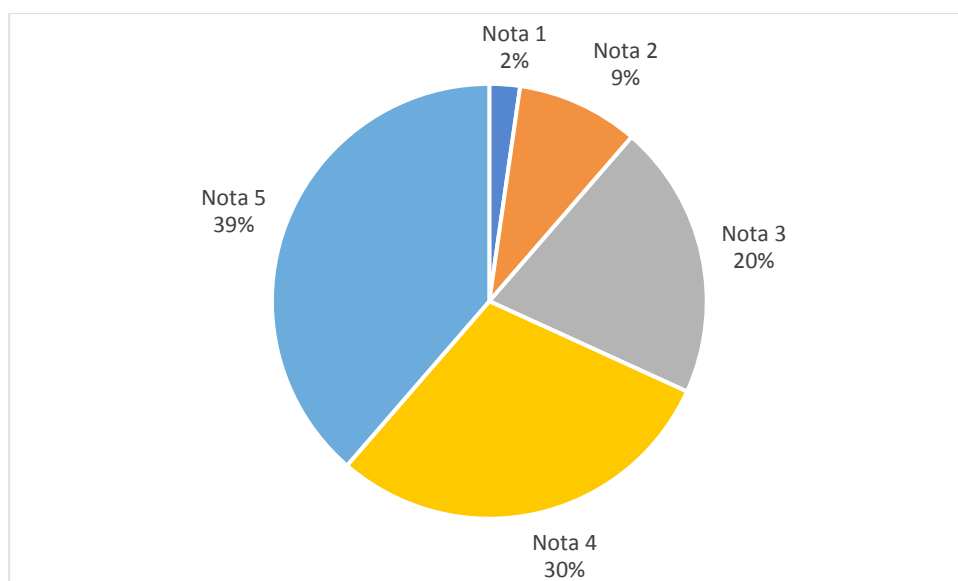
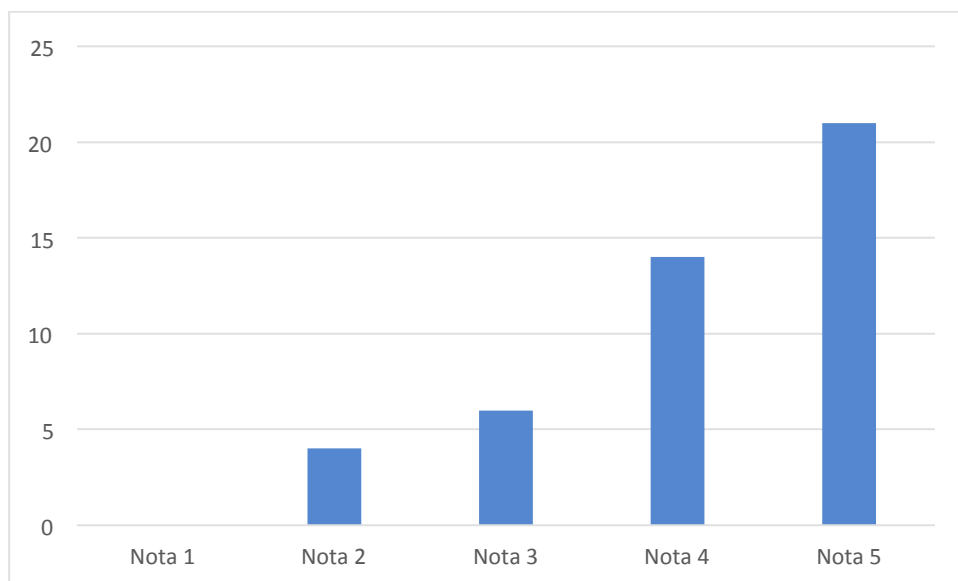
Quanto à segunda pergunta, “O conteúdo apresentado na Conferência permitiu melhorar sua compreensão sobre os potenciais desafios e oportunidades trazidos pelo Acordo?”, a nota média também foi de 4,3, mas a prevalência de notas 4 e 5 foi ligeiramente mais alta.



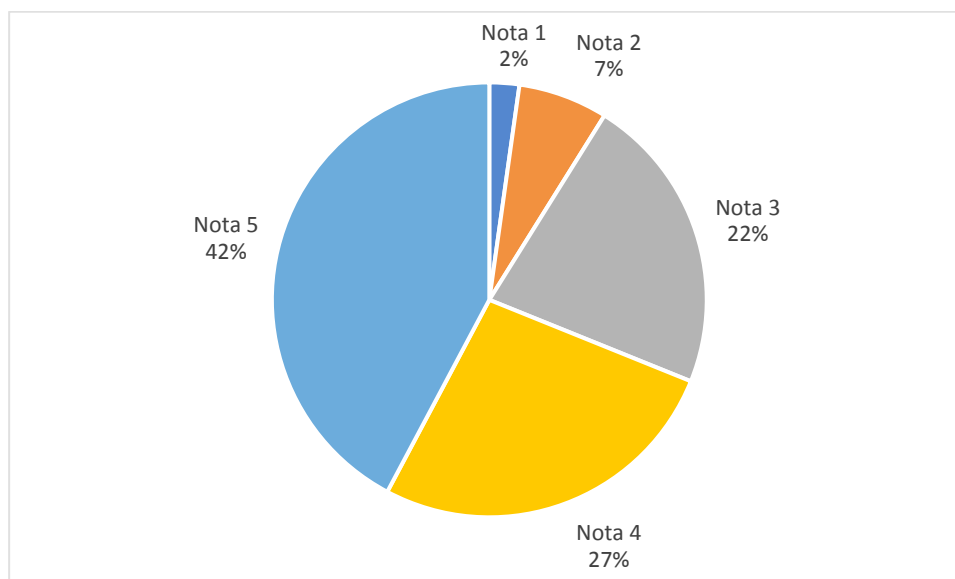
Quanto à terceira pergunta, “O conteúdo apresentado na Conferência permitiu ampliar seu entendimento sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais do Acordo?”, a média foi de 4,2 e a distribuição se deu da seguinte forma:



Em relação à pergunta 4, “O conteúdo apresentado na Conferência permitiu ampliar seu entendimento sobre os mecanismos de participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do capítulo sobre comércio e desenvolvimento sustentável do Acordo?”, a média ficou significativamente mais baixa, em 3,9, assim como a porcentagem de pessoas que atribuiu nota 4 ou 5, sendo as notas distribuídas da seguinte forma:



Finalmente, quanto à pergunta 5, “A Conferência forneceu mais embasamento para a atuação de sua organização no que diz respeito à implementação e ao monitoramento dos compromissos do Acordo?”, a média das notas ficou em 4, e a distribuição das notas se deu de forma muito semelhante à da pergunta 4, com 69% de notas 4 ou 5.



Em suma, a Conferência parece ter atingido seus objetivos, mas significativamente mais bem-sucedida no que diz respeito a informar a sociedade civil sobre o acordo do que no de esclarecer e estimular formas de participação da sociedade civil no monitoramento de seus compromissos.

Na enquete, havia ainda espaço para que os participantes deixassem comentários e sugestões sobre a Conferência. Listamos abaixo os comentários deixados:

Obrigada pela oportunidade em participar deste debate tão importante para o Brasil. Acredito que poderiam ter mais webinários focados no debate mais amplo, com mais tempo de respostas para as perguntas apresentadas. Diferente da primeira etapa em novembro, desta vez as perguntas feitas pelos participantes não estavam visíveis a todos, e isso deixa debate menos interativo e transparente. Gostaria também que existissem mais mesas de debates focados nos Direitos Humanos ao invés de apenas o viés ambiental. Novamente, obrigada pela organização, que estava impecável nas duas etapas.

Ainda não vi nada concreta, como o Acordo podia dar a organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária melhor acesso a mercados. O Acordo foca muito na economia corporativa, e assim tende a piorar a situação de pessoas em microempresas e no setor informal.

I thought the quality of the speakers was excellent and the technology used was well



managed. In the future I would like to hear more about importers affected by the lower VAT and how they see business evolving post COVID, in particular spending habits of the middle class.

O embaixador Costa e Silva, do Brasil, vive num mundo paralelo - diz que o desmatamento está caindo - quando a queda foi nos governos anteriores, considerados adversários pelo governo Bolsonaro. Fala em participação da sociedade civil enquanto seu governo reprime e ameaça a sociedade civil. E diz, em resposta ao embaixador Ybañez - que defendeu uma renegociação que restabeleça a confiança perdida - que o Brasil não vai renegociar o acordo nem reabri-lo. O inaceitável recado do porta-voz de Bolsonaro à União Europeia foi também uma clara mensagem à sociedade civil: se vocês esperam ter algum papel em contribuir para fazer desse acordo um instrumento comercial moderno que ajude a proteger o clima, meio ambiente, direitos humanos, povos indígenas e condições de trabalho, esqueçam. A resposta à mensagem do embaixador de Bolsonaro à UE e à sociedade civil também precisa ser clara: não há como melhorar esse acordo nas condições impostas pelo governo do Brasil. Logo, melhor só retomar as negociações quando o Brasil tiver um governo que nos dê alguma esperança. Quem sabe em 2022.

Achei bom. Mas achei as ONGs do Brasil são muito ideológicas. Haveria que incluir agricultores, pecuaristas, mineradores, outros interessados como coletores florestais.

Parabéns pela realização desse importante evento. Obrigada pela oportunidade de participar.

A conferência (e seus painéis) transcorreu com debates de alto nível. Agradeço a iniciativa.

Evento muito esclarecedor sobre o tratamento do tema Comércio e Desenvolvimento Sustentável no Acordo de Associação MCS-UE.

Gostei dos palestrantes e do conteúdo do webinar. Obrigada!

Maravilha! Muito obrigada pela organização.

Anexo V

RESPOSTAS AO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Em relação aos instrumentos de avaliação de reação, além da enquete final, foi disponibilizado um questionário online após a Conferência. Apenas 13 pessoas responderam ao instrumento.

O instrumento foi ofertado no formato de questionário com questões estruturadas, fechadas, as quais os participantes avaliaram com conceitos cada mesa (seja plenária ou painel): (i) foi importante e pude identificar [o que a mesa se propôs], de modo a fortalecer minha organização nessa agenda; (ii) foi importante ter conhecimento e compreender [o objeto de discussão da mesa], mas não sei exatamente o que fazer com essas informações; (iii) as informações disponibilizadas não possibilitaram a compreensão dos impactos do Acordo e não trouxeram benefícios para minha organização. Por fim, foi questionado – por meio de seleção de múltipla escolha – o interesse da organização em relação ao conteúdo da Conferência e sua continuidade nessa discussão.

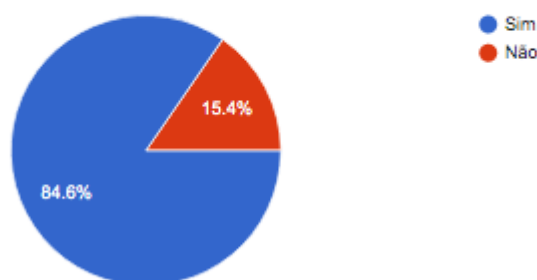
Desse modo, a partir dos gráficos abaixo é possível compreender quantas pessoas participaram de cada mesa e qual a avaliação específica de cada uma delas, conforme:

(a) Participação da Plenária “Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade?”



Você assistiu à plenária Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade?

13 responses



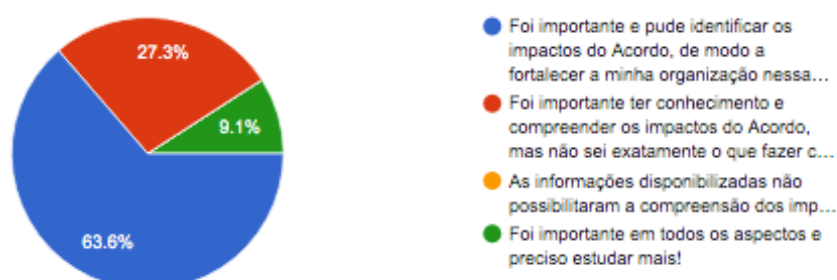
(b) Avaliação da Plenária “Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade?”

Das 11 pessoas que responderam ao questionário e afirmaram ter participado dessa mesa, a avaliação se deu de maneira positiva – todos os participantes avaliaram que foi importante, mas pouco menos de um terço deles afirmaram não ter identificado aplicações práticas para esse conhecimento.

Sim - Plenária Avaliação do impacto do Acordo de Associação UE-MCS sobre a sustentabilidade

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

11 responses



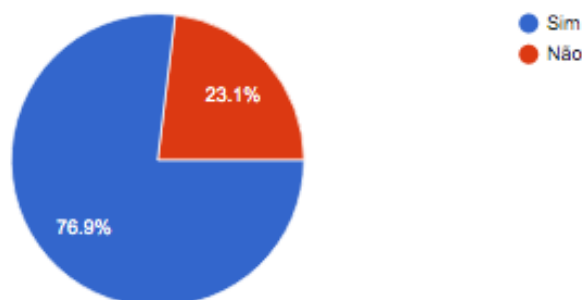
(c) Participação no Painel 1 “Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo”?



Painel 1

Você assistiu ao Painel 1 “Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo”?

13 responses



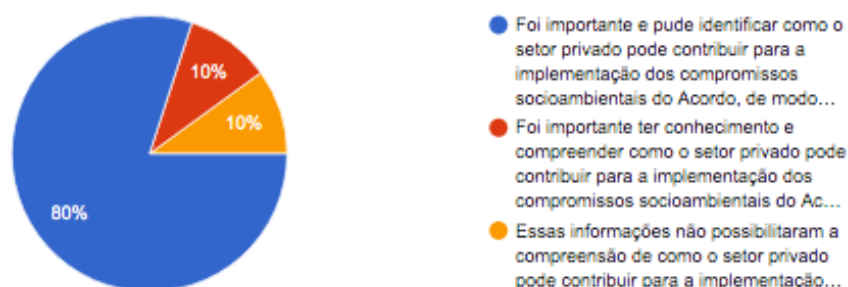
(d) Avaliação do Painel 1 “Como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo”?

Das 10 pessoas que participaram dessa mesa, a avaliação se deu de maneira positiva: 90% dos participantes avaliaram importante e apenas 1 pessoa (10%) avaliou que as informações não possibilitaram a compreensão de como o setor privado pode contribuir para a implementação dos compromissos socioambientais do Acordo e não trouxeram benefícios para sua organização; conforme:

Sim Painel 1

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

10 responses

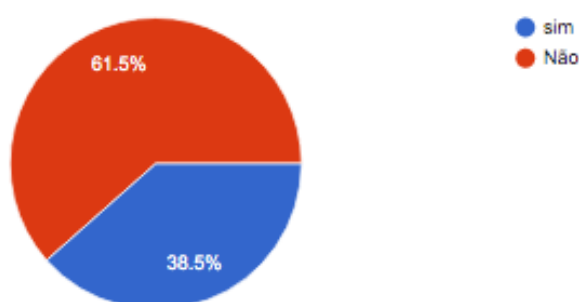


(e) Participação no Painel 2 - “Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira”?

Painel 2

Você assistiu ao Painel 2 - “Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira”?

13 responses



(f) Avaliação do Painel 2 - “Como o Acordo pode favorecer o uso sustentável da biodiversidade brasileira”?

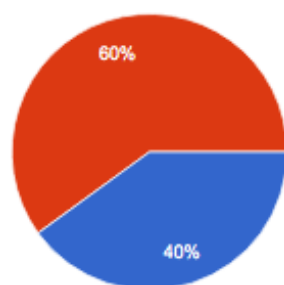
Apenas 5 pessoas que responderam ao questionário participaram dessa mesa. Entre essas, a avaliação foi positiva: 100% avaliaram que o conhecimento transmitido foi importante. Ainda assim, 40% afirmaram que, apesar de entenderem ser importante ter conhecimento e compreender como o Acordo favorece o uso sustentável da biodiversidade brasileira, não sabem exatamente o que fazer com essas informações:



Sim Painel 2

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

5 responses



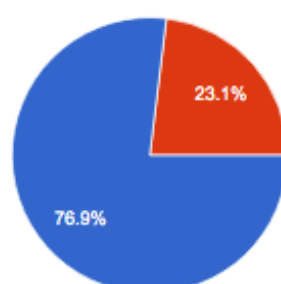
- Foi importante e pude identificar como o Acordo favorece o uso sustentável da biodiversidade brasileira, de modo a para fortalecer a minha organização n...
- Foi importante ter conhecimento e compreender como o Acordo favorece o uso sustentável da biodiversidade brasileira, mas não sei exatamente o...
- Essas informações não possibilitaram a compreensão de como o Acordo favorece o uso sustentável da biodiver...

(g) Participação no Painel 3 - “Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo”?

Painel 3

Você assistiu ao Painel 3 - “Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo”?

13 responses



- Sim
- Não

(h) Avaliação do Painel 3 - “Quais os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo”?

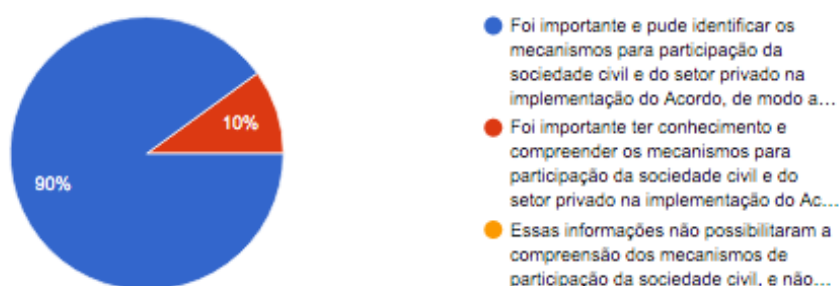
Das 10 pessoas que responderam o questionário e afirmaram ter participado dessa mesa, 90% dos participantes avaliaram que o conhecimento passado foi importante e

que puderam identificar os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo de modo a fortalecer sua organização nessa agenda. Apenas 10% afirmaram que, apesar de compreenderem a importância de ter conhecimento e compreender os mecanismos para participação da sociedade civil e do setor privado na implementação do Acordo, não sabem exatamente o que fazer com essas informações; conforme:

Sim Painel 3

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

10 responses

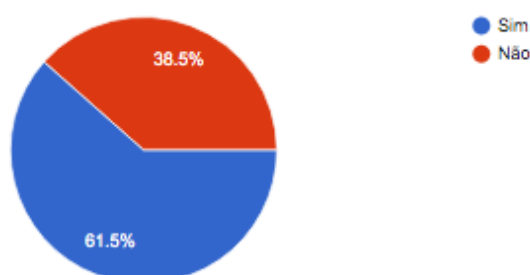


(i) Participação no Painel 4 – “Quais ferramentas podem contribuir para o cumprimento dos compromissos do Acordo”?

Painel 4

Você assistiu ao Painel 4 – “Quais ferramentas podem contribuir para o cumprimento dos compromissos do Acordo”?

13 responses



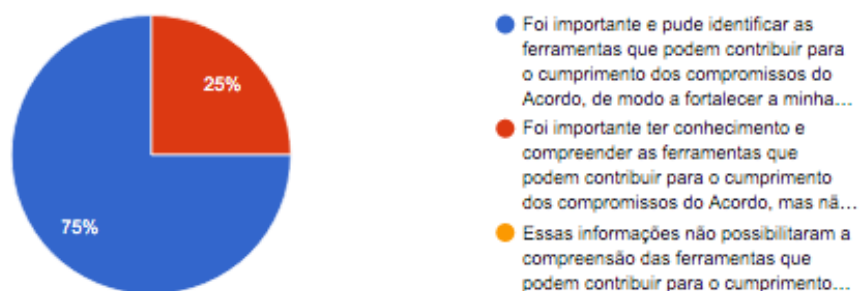
(j) Avaliação do Painel 4 – “Quais ferramentas podem contribuir para o cumprimento dos compromissos do Acordo”?

Das 8 pessoas que responderam ao questionário e afirmaram ter participado dessa mesa, a avaliação se deu de maneira positiva em relação a sua importância: 75% dos participantes avaliaram como importante e puderam identificar as ferramentas que podem contribuir para o cumprimento dos compromissos do Acordo, de modo a fortalecer a sua organização nessa agenda; enquanto 25% entendem importante, mas não sabem exatamente o que fazer com essas informações; conforme:

Sim Painel 4

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

8 responses

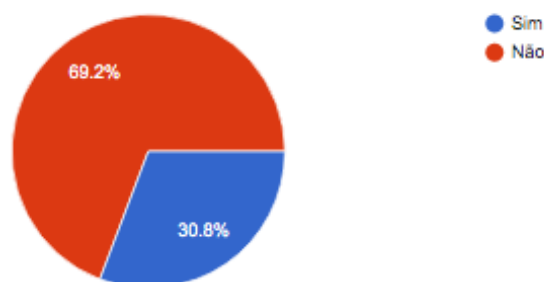


(l) Participação na “Plenária Garantindo a implementação efetiva do capítulo de Desenvolvimento Sustentável”

Plenária Garantindo a implementação efetiva do capítulo de Desenvolvimento Sustentável

Você assistiu à plenária "Garantindo a implementação efetiva do Capítulo de Desenvolvimento Sustentável?"

13 responses



(m) Avaliação da “Plenária Garantindo a implementação efetiva do capítulo de Desenvolvimento Sustentável”:

Apenas 4 pessoas que responderam esse instrumento de avaliação participaram desta plenária. Dentre estas, 75% avaliaram importante e puderam identificar os mecanismos de solução de controvérsia e participação previstos no Acordo, de modo a fortalecer as possibilidades de participação de sua organização nessa agenda; enquanto 25% avaliaram importante, mas não sabem exatamente o que fazer com essas informações; conforme:

Sim Plenária Garantindo a implementação efetiva do capítulo de Desenvolvimento Sustentável

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

4 responses

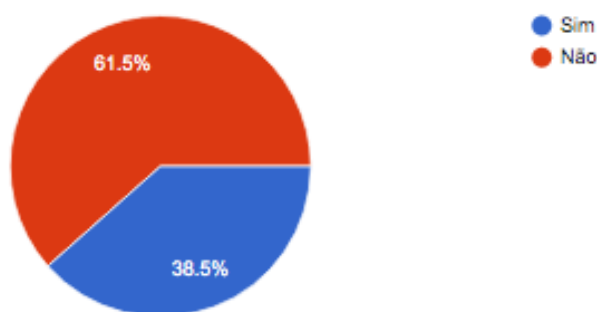


(n) Participação na Plenária “Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?”

Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?

Você assistiu à plenária “Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?”

13 respostas

**(o) Avaliação da Plenária “Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?”**

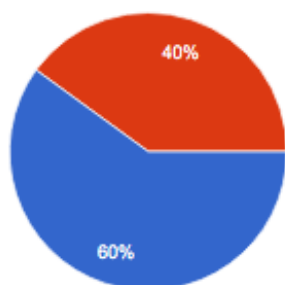
Apenas 5 pessoas que responderam a esse instrumento de avaliação participaram desta plenária. Dentre estas, 75% avaliaram importante e puderam identificar possíveis formas em que a UE irá apoiar a participação da sociedade civil e/ou do setor privado na implementação do Acordo, compreendo útil para a atuação de sua organização; enquanto 25% avaliaram importante, podendo identificar possíveis formas em que a UE irá apoiar a participação da sociedade civil e/ou do setor privado na implementação do Acordo, mas não sabem se será útil para a atuação de sua organização; conforme:



Sim Como apoiar o papel da sociedade civil e do setor privado?

Se você respondeu sim à pergunta anterior, como você avalia o resultado de sua participação?

5 responses



- Foi importante e pude identificar possíveis formas em que a UE irá apoiar a participação da sociedade civil e/ou do setor privado na implementação do Ac...
- Foi importante identificar possíveis formas em que a UE irá apoiar a participação da sociedade civil e/ou do setor privado na implementação do Ac...
- Essas informações não possibilitaram a compreensão das formas em que a UE irá apoiar a participação da sociedade...

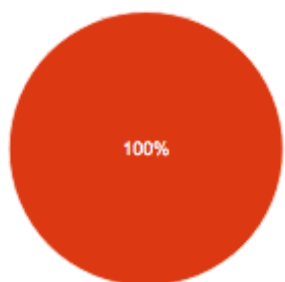
(p) Participação na Plenária “Como organizações da sociedade civil e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do acordo?”

Das 13 pessoas que responderam ao questionário, nenhuma delas participou desta plenária. Desse modo, não há avaliação desta plenária.

Como organizações da sociedade civil e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do acordo?

Você assistiu à plenária "Como as organizações da sociedade e do setor privado podem fortalecer instâncias próprias de articulação para participação na implementação do Acordo?"

13 responses



- Sim
- Não



(q) Avaliação Final sobre o interesse da organização: Observa-se que esse questionamento se deu de modo aberto, conforme:

Está mais interessada em saber sobre o Acordo e os compromissos e oportunidades do Capítulo CDS	12 pessoas (92,3%)
Tem interesse em fortalecer um fórum de participação das organizações para o monitoramento e implementação dos compromissos do Capítulo CDS do Acordo;	8 pessoas (61,5%)
Está interessada em seguir na iniciativa, mas ainda em dúvida da relevância do Capítulo CDS do Acordo para as ações que promove;	2 pessoas (15,4%)
Não tem muito interesse em seguir nessa discussão, mas avalia positivo o espaço de diálogo com a União Europeia;	0 pessoa
Não tem muito interesse em seguir nessa discussão, e avalia negativo este espaço de diálogo com a União Europeia	0 pessoa
Outros -- Inclusão do seguinte comentário: <i>“Vejo como fundamental mais eventos para diálogos e ideias de implementação e indicadores de monitoramento e impacto!”</i>	1 pessoa (7.7%)

Avaliação final

Após essa Conferência, sua organização (é possível assinalar mais que uma opção):

13 respostas

